

## **AVALIAÇÃO SOBRE A REUNIÃO ESPECIALIZADA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MERCOSUL - RECyT**

---

**Consultoria na modalidade produto  
referente ao Edital UNESCO nº 006/2012 PROJETO 914BRZ2018**

### **PRODUTO 1**

**Institucional - Documento Técnico contendo informações sobre a origem e a natureza da RECyT/ MERCOSUL, o seu contexto, sua configuração, objetivos, estrutura, funcionamento e gestão de fundos**

## Índice Geral

Apresentação	03
1. Contexto	04
1.1. Movimentos de Integração e a criação do MERCOSUL	04
1.2. MERCOSUL – caracterização e sua ampliação de escopo	05
1.3. As reuniões especializadas do MERCOSUL	07
1.4. O MERCOSUL e a cooperação regional em Ciência, Tecnologia e Inovação	09
2. A Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL (RECyT)	11
2.1. Origem	11
2.1.1. Breve histórico	11
2.2. Natureza e atribuições da RECyT	12
2.3. Estrutura de funcionamento da RECyT	15
2.3.1. Presidência Pro Tempore (PPT)	16
2.3.2. Coordenações Nacionais	17
2.3.3. Comissões Temáticas	18
2.3.4. Reuniões no âmbito da RECyT e seu fluxo de funcionamento	19
2.3.5. Procedimentos de planejamento, proposições e prestação de resultados aos órgãos decisórios	22
2.4. Gestão de fundos	24
2.4.1. Financiamento intra-zona e via FOCEM	25
2.4.2. Financiamento extra-zona	26
2.4.3. A terceira via de financiamento em discussão: Agência de Ciência, Inovação Tecnológica e Integração Produtiva do MERCOSUL (ACITIP)	27
3. Programas e projetos RECyT	29
4. Equipe atual RECyT e funções	40
5. Considerações finais	41
6. Referências Bibliográficas	43

## Índice de Tabelas e Figuras

Figura 01 – Organograma MERCOSUL	06
Figura 02 – Posicionamento hierárquico RECyT	13
Figura 03 – Organograma RECyT	18
Figura 04 – Fluxo de funcionamento reuniões RECyT	22
Tabela 01 – Modelo de designação de Coordenadores Nacionais por país até outubro/2012	17
Tabela 02 – Reuniões de Ministros e Altas Autoridades RECyT	20
Tabela 03 – Reuniões das Comissões RECyT realizadas até outubro/2012	21
Tabela 04 – Projetos com financiamento extra-zona contínuo – União Européia	26
Tabela 05 – Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia: caracterização geral	29
Tabela 06 – CINECIEN – Festival de Cine e Vídeo Científico do MERCOSUL	31
Tabela 07 – MERCOSUL Digital	32
Tabela 08 – Plataforma BIOTECSUL	35
Tabela 09 – Rede de Pesquisa em Biomedicina	37
Tabela 10 – Coordenadores e coordenadores alternos	40
Tabela 11 – Coordenações de projetos RECyT	40
Tabela 12 – Pontos focais por Comissão RECyT	40

## **Apresentação**

O presente documento faz parte do processo de avaliação da Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do Mercado Comum do Sul (RECyT /MERCOSUL), em realização por consultoria independente, financiada pela UNESCO Brasil, durante o período de setembro/2012 a abril/2013. A referida avaliação tem como objetivo organizar e registrar os andamentos da RECyT até o momento, diagnosticar os resultados alcançados estabelecendo relações causais e propor recomendações que auxiliem na elaboração do próximo Programa Quadro a reger as relações de cooperação em Ciência e Tecnologia dos Estados-parte do MERCOSUL.

O Produto 1<sup>1</sup>, primeira parte da avaliação, é apresentado neste documento. Desta forma, o presente relato tem o objetivo de mapear, descrever e registrar a Reunião Especializada sobre Ciência e Tecnologia – RECyT, como um dos mecanismos de envolvimento do MERCOSUL com a temática de Ciência e Tecnologia. Para isso, foi realizado um detalhamento de sua origem e natureza, seu contexto, configuração e estrutura de funcionamento, bem como a descrição de seus programas e projetos vigentes no momento deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Em referência ao Edital N° 006/2012 PROJETO 914BRZ2018: “Produto 1 – (Institucional) Documento Técnico contendo informações sobre a origem e a natureza da RECyT – MERCOSUL, o seu contexto, sua configuração, objetivos, estrutura, funcionamento e gestão de fundos”.

## 1. Contexto

### 1. 1. Movimentos de Integração e a criação do MERCOSUL

As décadas de 1980 e 1990 são especialmente importantes para o entendimento de fenômenos em curso nas relações internacionais contemporâneas. Foi no espaço de tempo correspondente à transição destas duas décadas que se desenvolveram forças motrizes de importantes mudanças no sistema internacional, a saber: o incremento das relações econômicas, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação, a intensificação dos processos de globalização e de integração regional, estes últimos que (re)desenharam condições propícias para novos modelos de articulação e cooperação entre os países (KEOHANE; NYE, 1977; SILVA, 2011).

Neste sentido, é factível a observação de que tanto as tradicionais como as novas formas de colaboração internacional não envolvem, da mesma forma, todos os países do mundo. Tradicionalmente, os países têm recorrido a cooperações do tipo Norte-Sul como ferramentas para a perseguição de objetivos específicos de política externa (VELHO, 2001). No entanto, a organização de países em blocos econômicos e comerciais cuja inspiração, em grande medida, está na experiência europeia de formação de uma união econômica e monetária<sup>2</sup> – a União Europeia – tem sido a alternativa escolhida por muitos países que apostam na integração regional como forma de ocupar posições menos desfavoráveis no plano internacional (VELHO, 2001).

Mesmo sem alcançar o nível associativo europeu, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é uma das principais referências dos reflexos dos movimentos de integração no continente americano. Criado através do Tratado de Assunção, assinado em 1991 por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o MERCOSUL é classificado por muitos estudiosos e analistas como uma união aduaneira imperfeita<sup>3</sup> cujo objetivo principal é integrar política e economicamente seus países-membros de forma a permitir-lhes a inserção competitiva mundial a partir da modernização de suas economias e a ampliação do alcance de seus mercados (MERCOSUL, 2012).

---

<sup>2</sup> Segundo Ramos, Marques e Jesus (2009), a União Econômica e monetária caracteriza-se por um mercado comum que adota uma moeda comum, ou seja, um nível de integração que conta com livre circulação de bens, serviços, pessoas e fluxos de investimentos, com adoção de uma tarifa externa comum – TEC – com articulação conjunta internacional e a adoção de uma moeda única.

<sup>3</sup> Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC), assimetrias entre os países-membros e a falta da integração completa das agendas são algumas das principais críticas que conduzem ao discurso de que o MERCOSUL não finalizou seu processo de integração enquanto um mercado comum.

Além dos quatro países fundadores, desde julho de 2012, a Venezuela foi admitida como membro pleno, participando do processo de integração por aprovação de todos os membros vigentes<sup>4</sup> e após longo processo de adequação. A Bolívia (1996), o Chile (1996), Peru (2003), Colômbia (2006) e Equador (2006) participam como membros associados que mantêm processos de adequação próprios. Assim sendo, o MERCOSUL representa cerca de 70% do território, 64% da população, 60% do PIB da América do Sul.

## 1.2. MERCOSUL – caracterização e sua ampliação de escopo

A estrutura organizacional do MERCOSUL traz como suas principais instâncias:

- ▶ Conselho do Mercado Comum (CMC) – órgão superior integrado por Chanceleres e Ministros de Economia (ou seus equivalentes) dos Estados Partes – que se reúne, no mínimo, duas vezes ao ano;
- ▶ Grupo do Mercado Comum (GMC) – órgão executivo integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, da Economia ou Indústria e Comércio e dos Bancos Centrais dos Estados Partes
- ▶ Comissão de Comércio (CCM) – órgão criado para acompanhar a implementação dos instrumentos de política comercial comum do MERCOSUL;
- ▶ Subgrupos Temáticos e Reuniões Especializadas – descrição e detalhamento consta da Seção 1.3.

Já as principais fontes jurídicas, além do Tratado de Assunção, são os protocolos e instrumentos adicionais ou complementares, as decisões do CMC, as resoluções do GMC – instâncias deliberativas supremas do bloco – e as diretrizes da Comissão de Comércio.

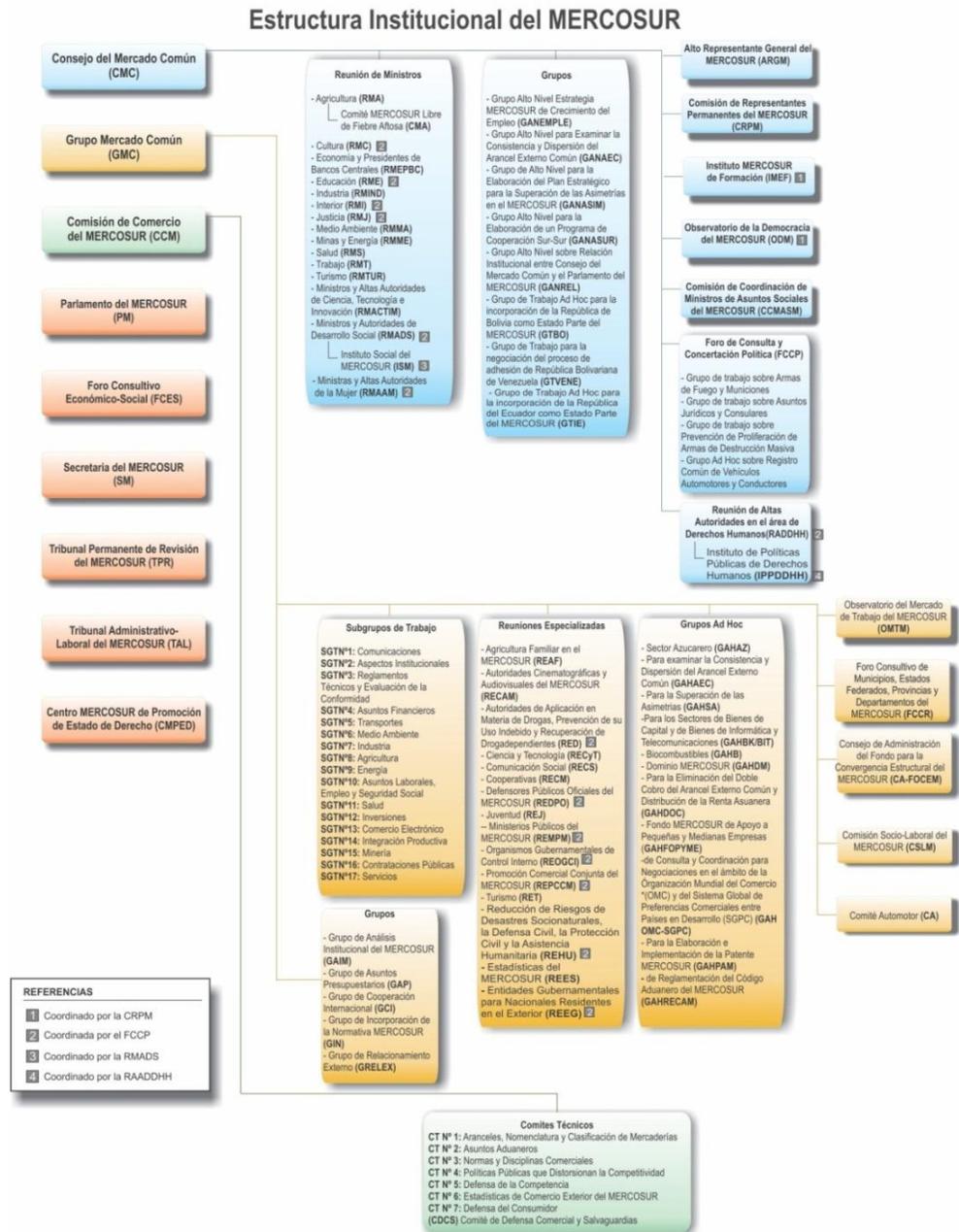
Muito embora o Tratado de Assunção seja um acordo internacional de cunho marcadamente econômico, sua assinatura significou a coroação de um projeto estratégico regional de natureza igualmente política. É neste contexto que sua estrutura se diferencia de uma estrutura direcionada a objetivos puramente econômicos. As mudanças político-ideológicas propiciadas por governos de partidos progressistas tem incluído dimensões que vão além da mera integração comercial e liberalização. O chamado “novo MERCOSUL” se propõe, portanto, a ser um espaço de articulação político-econômica de amplo espectro, com o objetivo de construção de canais de cooperação entre os países sul-americanos (MARIN, 2011, p. 02). No organograma do MERCOSUL é possível identificar estas diretrizes haja vista a criação dos Grupos de Trabalho, Reuniões Especializadas,

---

<sup>4</sup> No ano de 2012, em virtude de mudanças políticas internas do Paraguai – o impeachment presidencial, realizado em rito sumaríssimo – o bloco decidiu por suspendê-lo temporariamente, até que fossem realizadas eleições democráticas nos moldes aceitos pelos demais Estados-membro. A aprovação da inclusão da Venezuela ao bloco, portanto, no momento em que se deu, não contou com a aprovação daquele país, momentaneamente suspenso.

Reuniões de Altas Autoridades e outras instâncias de debate cujos objetivos suplantam os propósitos iniciais do bloco de cunho estritamente comercial.

Figura 1 – Organograma MERCOSUL



Fonte: [http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=492&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=492&site=1&channel=secretaria)

No entanto, cumpre aqui destacar que somente a partir da segunda metade da década de 1990, com as pressões de centrais sindicais e outros grupos da sociedade civil organizada, que se originou a proposta de um “MERCOSUL Social”, que pudesse tratar de promover a unificação das políticas

sociais no interior do bloco. E foi com o objetivo de atender a essa demanda que espaços de disseminação de políticas, como as Reuniões Especializadas, Grupos de Trabalho e Fóruns Consultivos, foram criados (MARIN, 2011, p. 11).

Os Grupos de Trabalho, Reuniões Especializadas e Reuniões de Altas Autoridades, além dos Grupos *Ad Hoc* e dos Grupos de Alto Nível que debatem temas relacionados a políticas públicas, são espaços de “governança por facilitação” (MARIN, 2011, p. 12), isto é, são instâncias supranacionais que atuam como mediadoras na participação dos Estados Parte no processo de transferência lateral de políticas públicas onde informações são trocadas, comparações são estabelecidas e ideias intercambiadas, dando ensejo ao estabelecimento e aprofundamento de *policy networks*<sup>5</sup>.

Tomando o mês de agosto de 2012 como ponto de partida, tem-se, atualmente, 14 Reuniões Especializadas, 17 Subgrupos de Trabalho e 17 Reuniões de Altas Autoridades e 11 Grupos *Ad Hoc* que abordam diferentes temáticas tocadas pelas políticas públicas. Cada uma das instâncias supracitadas reporta-se a um órgão decisório. Subgrupos de Trabalho, Reuniões Especializadas e Grupos *Ad Hoc* respondem ao GMC, enquanto as Reuniões de Altas Autoridades e os Grupos de Alto Nível relacionam-se diretamente com o CMC. É papel desses grupos apresentar propostas de resoluções para diretrizes comuns de política, que serão então debatidas e deliberadas pelo GMC e pelo CMC e gozam de força impositiva imediata somente com a prévia aprovação das instâncias superiores do bloco.

### **1.3. As reuniões especializadas do MERCOSUL**

Criadas pela Decisão CMC N° 09/1991, as Reuniões Especializadas do MERCOSUL visam tratar temas não incluídos nos Subgrupos de Trabalho do Tratado de Assunção e cujo modelo operacional também se difere daqueles tanto no que tange aos assuntos de análise, ao caráter dos participantes e a periodicidade das reuniões.

As reuniões foram criadas ainda durante a fase inicial do MERCOSUL, em 1991, sob a justificativa de que alguns temas não examinados no âmbito de Subgrupos de Trabalhos mereciam tratamento especial. A Decisão CMC supracitada assinalou que o debate sobre esses temas especiais requereria “modalidades operacionais” distintas daquelas dos Subgrupos de Trabalho.

---

<sup>5</sup> Para Klaus Frey (2000) *Policy networks* são “as interações das diferentes instituições e grupos, tanto do executivo, como do Legislativo como da sociedade na gênese e implementação de uma determinada ‘policy’. (...) São redes de relações que se repetem periodicamente” relacionada a um determinada tema ou segmento de política pública. (FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Política Pública. nº21, 2000. P. 216-230)

Na prática, as reuniões especializadas têm produção normativa menos intensa do que aquela verificada nos Subgrupos de Trabalho. Ao dedicar-se ao tratamento de temas específicos, têm como meta coordenar ações e constituir um espaço para a troca de experiências entre os Estados-parte, mesmo que esse trabalho não venha a ser plasmado em normas específicas. O número de reuniões especializadas no âmbito do MERCOSUL têm crescido paulatinamente ao longo do tempo, à medida em que são incorporados novos atores ao processo de integração. Essas reuniões podem ter como foco um tema específico (caso das reuniões especializadas de agricultura familiar, ciência e tecnologia e promoção comercial) ou possibilitar um maior contato entre organismos ou instituições similares dos Estados Partes (têm reuniões próprias, por exemplo, os ministérios públicos, defensores públicos e autoridades cinematográficas e audiovisuais) (PONTES, 2009, p. 37)<sup>6</sup>.

O Protocolo de Ouro Preto, Artigo 14, inciso V<sup>7</sup> prevê, dentre as atribuições e funções do Grupo Mercado Comum a de: “Crear, modificar o suprimir órganos tales como subgrupos de trabajo y reuniones especializadas, para el cumplimiento de sus objetivos”. A Decisão CMC. N° 12/12 que visa definir com maior acuidade a estrutura do grupo mercado comum e tipologia de seus órgãos dependentes, em seu Art. 5° define: “Serão denominados Reuniões Especializadas (RE) os órgãos que sejam criados com caráter permanente para desenvolver políticas vinculadas ao processo de integração em áreas temáticas específicas, ou para assistir o GMC no cumprimento de suas funções e atribuições.” A mesma decisão em seu Art. 8° determina que as Reuniões Especializadas poderão contar com uma estrutura interna própria a ser integrada por Comissões e Subcomissões. O modelo de estrutura e regulamento de funcionamento interno das Reuniões Especializadas deverão ser elaborados pelo GMC.

Existe um debate corrente sobre uma suposta hipertrofia institucional do MERCOSUL, com a proliferação de instâncias para tratar dos mais diferentes temas. Mais do que “hipertrofia”, porém, se está diante de um fenômeno que parece inerente à expansão do processo de integração para os mais diferentes domínios. Uma estrutura mais “enxuta” pareceria adequada no estágio em que o MERCOSUL se dedicava basicamente a liberalizar o comércio e estabelecer a união aduaneira. Atualmente, porém, a agenda do bloco foi sendo apropriada por diferentes setores do governo e da sociedade civil, o que faz com que pareça irrealista, no presente momento, a objeção à criação de novos foros de diálogo entre os Estados Partes. Parece mais plausível, nesse contexto, questionar o grau de transparência ou de efetividade das decisões do bloco, mas não impugnar, por si só, a expansão da estrutura institucional do agrupamento. É certo, por outro lado, que aperfeiçoamentos

---

<sup>6</sup> PONTES, K. D. S.. Mercosul: A dimensão econômico-comercial. 2009. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/30827809/Mercosul-PDF>. Acesso em 27/09/2012

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/99/1/ouro\\_preto\\_es.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/99/1/ouro_preto_es.pdf). Acesso em 29 out 2012

devem ser buscados, sobretudo no que tange ao sistema de incorporação das normas comunitárias, já que a não-internalização de muitas delas pode acabar por afetar a segurança jurídica e a efetividade das decisões tomadas pelos Estados-parte (PONTES, 2009, p. 38).

#### **1.4. O MERCOSUL e a cooperação regional em Ciência, Tecnologia e Inovação**

A predominância no tratamento de questões econômicas e comerciais no processo de consolidação do MERCOSUL não significou o completo desprezo de questões de naturezas distintas que, na contemporaneidade, cumprem o papel de tornar mais robusta a agenda de atuação do bloco. No entanto, apesar de evocadas como pontos estratégicos em discursos de representantes e chefes de Estado, questões como a cooperação internacional convivem ou superaram minimamente problemas crônicos e oriundos do próprio processo de integração regional. Segundo Santos (1998), as experiências de cooperação na América Latina ainda lidam com a escassez de recursos, a ausência de instituições supranacionais de planejamento e gestão, ausência de informações e canais eficientes de comunicação além do baixo engajamento dos setores produtivos.

Desde a sua criação, o MERCOSUL priorizou, ao menos no nível do discurso político, as atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I). Esforços de seus países membros nesta matéria são anteriores ao processo de integração, pois, já na década de 1980 Argentina e Brasil “estabeleceram missões conjuntas de desenvolvimento e integração em setores estratégicos como o aeronáutico espacial e novas tecnologias<sup>8</sup>” (VELHO, 2001, p.64).

No que diz respeito à cooperação científica e tecnológica<sup>9</sup>, Santos (1998) ressalta ser possível identificar dois momentos distintos nos quais a relevância deste tipo de cooperação se altera, em grande medida, pela dinâmica de formação do MERCOSUL e pelo desmantelamento das políticas nacionais de C&T a partir dos anos 1980 nos países da região.

O primeiro momento corresponde à fase de aproximação entre os governos brasileiro e argentino (1985-1989) cuja agenda bilateral política favoreceu o tratamento de assuntos que fossem além das preocupações meramente comerciais e econômicas, o que, em certa medida garantiu e fortaleceu o diálogo diplomático. Entre a transição democrática na Argentina e no Brasil e a

---

<sup>8</sup> A motivo de exemplo pode-se citar o Convênio para Cooperação Nuclear Argentino-Brasileiro e o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica ambos assinados pelos governos de Brasil e Argentina em 1980.

<sup>9</sup> Parafrazeando Santos (1998), o conceito de cooperação científica e tecnológica empregado admite iniciativas para o estabelecimento de atividades tais como a formação, capacitação e requalificação de recursos humanos, pesquisa aplicada, desenvolvimento de novos produtos e processos, serviços informações, emprego do setor produtivo e formulação de políticas públicas de Ciência & Tecnologia.

formação do processo de integração do Cone Sul, a cooperação científica tecnológica permaneceu com um papel protagônico em meio aos temas da agenda bilateral (SANTOS, 1998).

No entanto, durante a fase de consolidação do MERCOSUL marcada por importantes mudanças no cenário político e econômico da Argentina e do Brasil, por tentativas frustradas de estabilização macroeconômica, pelas negociações para a inclusão de Paraguai e Uruguai e pelas pressões externas vindas dos Estados Unidos com o lançamento da chamada Iniciativa das Américas<sup>10</sup>, observou-se uma indefinição quanto aos assuntos considerados estratégicos – câmbio, impostos, moeda, entre outros – e um deslocamento de questões como a C&T para um plano secundário de negociações.

Uma contemporização crítica de Santos (1998) permite acrescentar um terceiro momento marcado pelos avanços atuais no processo de integração, a expansão dos canais de interação interestatais e a consolidação de práticas de cooperação internacional entre países em desenvolvimento ou do tipo Sul-Sul<sup>11</sup>. Este contexto tem permitido a aproximação de países com níveis similares de progresso industrial, científico e tecnológico com tendência “a criar condições propícias ao estabelecimento de acordos de cooperação em setores complementares” (SANTOS, 1998, p.1).

Sendo assim, na fase atual, a C,T&I resgata a sua vocação estratégica de condução das relações regionais, mas sua orientação está mais voltada para premissas comerciais e do desenvolvimento sócio-econômico do que atrelada às questões de segurança regional como em momento anterior. Nesse caso, se por um lado enxergavam-se esforços para a construção de um projeto mais amplo que uma zona de livre comércio, de outro a vontade política tratou de criar dúvidas quanto à definição do alcance do processo de integração ao tocar temas que extrapolaram as esferas econômica e comercial, motivando a criação de âmbitos especializados de discussão. É neste contexto, portanto, que a Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia (RECyT) é criada. Por indicação da segunda reunião do CMC, celebrada na Argentina em 1992, foi decidida sua criação com o objetivo de harmonizar as tarefas e posições no campo científico e tecnológico<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> A Iniciativa das América ou Plano Bush lançado em 27 de junho de 1990, em Washington propunha, de modo geral, uma política voltada para as Américas cujos pilares eram foram a conformação de uma economia de mercado e da liberdade política e os instrumentos eram a liberalização do comércio no continente americano, o estímulo ao investimento e a redução da dívida externa latino americana.

<sup>11</sup> Para Silva (2009), a Cooperação Sul-Sul surgiu no período da Guerra Fria juntamente com o Movimento dos Países Não-Alinhados. Após isso, passou por um período latente, e voltou a emergir na década de 1990 e início da década de 2000. O motivo para o fortalecimento de sua prática remete ao fato de que Países de economia emergente como Brasil, Índia, México e África do Sul desenvolveram programas sociais relativamente exitosos e procuraram compartilhar com outros países em desenvolvimento o que tornou a eficácia da cooperação convencional Norte-Sul por vezes limitada.

<sup>12</sup> Em <http://www.recyt.mincyt.gov.ar/#>, acesso em 01/10/2012.

## 2. A Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia do MERCOSUL (RECyT)

### 2.1. Origem

A RECyT é a instância que, dentro da estrutura do MERCOSUL, responde pelo objetivo de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos países-membros e associados e modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens e serviços disponíveis (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991). Colocado de outra maneira, o objetivo explícito da RECyT é integrar unidades locais de pesquisa e elaborar as diretrizes de uma futura política científica e tecnológica para a região (RECyT, 2012; SANTOS, 1998).

Sua criação remonta à segunda reunião do Conselho Mercado Comum (CMC)<sup>13</sup>, realizada em junho de 1992, em Las Leñas (Argentina) quando foi proposta pelos presidentes dos Estados-membros e sua efetiva instituição se deu no mesmo ano quando da quinta reunião do Grupo Mercado Comum (GMC)<sup>14</sup>, realizada em Buenos Aires, por meio da Resolução 24/1992.

Do ponto de vista estratégico, a criação da RECyT pareceu refletir os esforços para diluir resistências de ordem comercial entre os países ao representar a vontade política em direção à ampliação multifacetada do processo de integração (SANTOS, 1998, p. 59). Deste modo, se nas fases precedentes e iniciais da integração, verificava-se uma orientação estratégica e voltada para a segurança regional no tocante aos assuntos de Ciência e Tecnologia no MERCOSUL, com a criação da RECyT estas questões incorporaram uma ótica econômica que lhes permitiu o incremento conceitual e um “novo marco institucional” (SANTOS, 1998, p.60).

#### 2.1.1. Breve histórico<sup>15</sup>

A Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL – RECyT, criada em 1992, realizou a sua primeira reunião em agosto de 1993, na qual foi aprovada a sua estrutura organizacional composta por Seções Nacionais e Comissões Temáticas. À época previa-se que as seções nacionais se articulariam com os respectivos sistemas nacionais de ciência e tecnologia de forma a operacionalizar as ações propostas para a RECyT.

---

<sup>13</sup> Formado pelos Ministros de Relações Exteriores e de Economias dos Estados-membro representa o órgão supremo do MERCOSUL responsável por conduzir o processo de integração.

<sup>14</sup> Órgão decisório executivo do MERCOSUL cujo papel é definir planos de trabalho e negociar os acordos com terceiros. Foi criado pelo Tratado de Assunção e formado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, e dos Bancos Centrais dos Estados-membro.

<sup>15</sup> Informações extraídas de Anexo V – A Proposta de um Novo Programa de Trabalho e Funcionamento da RECyT.pdf –, documento repassado pela coordenação nacional brasileira.

A RECyT era composta pelas seguintes Comissões Temáticas:

- Interconexão de Redes
- Marco Normativo
- Informação Tecnológica, com um subgrupo de Terminologia
- Linhas de Financiamento
- Recursos Humanos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento
- Comitê Editorial

Com base nessa estrutura, foram elaborados os seguintes planos, no período de 1993 a 1998:

1993 – Programa de Estratégia de Ação: define as primeiras diretrizes e linhas de ação;

1995 – Ação Programada: descreve as diretrizes para o ano, ações prioritárias e medidas administrativas;

1996 – Primeiro programa de trabalho, proposta bianual. Define objetivos, justificativas, prazos e responsáveis, na forma adotada atualmente;

1998 – Segundo Programa de Trabalho;

Até 2000, os programas de trabalho da RECyT definiam ações que exigiam grande atuação executiva, incompatíveis com o perfil da reunião. Decidiu-se então que a RECyT passaria a atuar como um foro promotor de ações e agente facilitador do processo de integração, no plano estratégico. A RECyT passaria a partir daí a encarregar-se do planejamento, de estabelecer metas, e orientar a correção de eventuais distorções das ações planejadas bem como de apoiar a articulação institucional com vistas à concretização dos trabalhos. Além disso previa-se a articulação da RECyT com Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL, com setores governamentais, empresariais, acadêmico e com organismos internacionais e programas de cooperação internacional, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos.

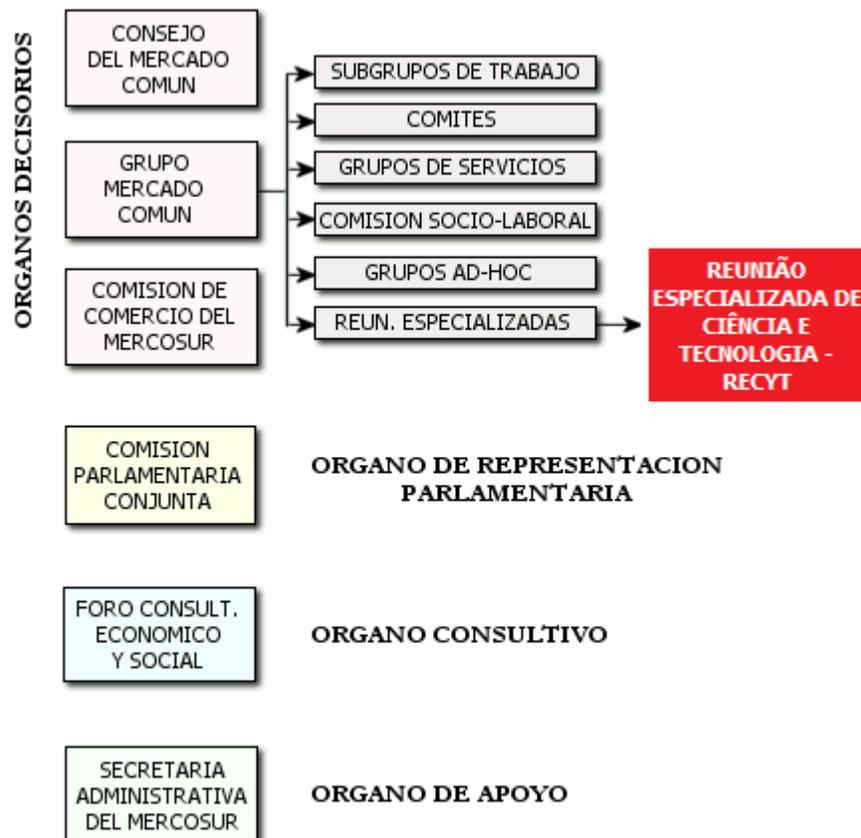
No ano de 2000, portanto, é estabelecido o terceiro Programa de Trabalho que altera a estrutura organizacional da RECyT, reduzindo o número de comissões temáticas para duas: Sociedade da Informação e Capacitação de Recursos Humanos e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, que em 2002 é reestruturada para a atual Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Cria-se um Comitê Coordenador em cada país com a função de assessorar os trabalhos da RECyT e reduz-se o número de reuniões dos coordenadores da RECyT para duas ao ano.

## **2.2. Natureza e atribuições da RECyT**

A RECyT é um órgão intergovernamental de natureza técnica e consultiva, portanto, não decisória e, no que tange ao seu nível hierárquico, iguala-se aos Subgrupos de Trabalho. As deliberações que

se dão no âmbito da RECyT tem caráter de refinamento das ações sugeridas que serão levadas ao GMC para deliberação e autorização ou não de prosseguimento. Paralelamente à RECyT, estruturam-se as demais Reuniões Especializadas – de Turismo, da Mulher, de Promoção Comercial, de Infraestrutura da Integração, de Autoridades de Aplicação em Matéria de Drogas, de Comunicação Social e de Municípios do MERCOSUL, que tem mecanismos semelhantes de funcionamento.

Figura 2 – Posicionamento hierárquico RECyT



Fonte: [http://www.mercosur.coop/?page\\_id=2](http://www.mercosur.coop/?page_id=2) – adaptação livre

Com funções definidas de maneira distinta para o plano internacional e regional, a RECyT atua no sentido de aumentar a produtividade das economias do MERCOSUL e aumentar-lhes a competitividade em terceiros mercados (RECyT, 2012). Para isso, no plano regional, sua função caracteriza-se pelo incentivo à prática da pesquisa de modo a possibilitar a definição de campos do conhecimento – e setores prioritários – e a busca de soluções para problemas comuns aos países da região ou identificados em setores específicos. Já no plano internacional, exerce o papel de

agência em negociações em diversos foros, entre eles destaca-se as negociações MERCOSUL – União Europeia, cujas diretrizes de cooperação já foram sinalizadas e dão ênfase à promoção do desenvolvimento regional socioeconômico atrelado ao desenvolvimento do capital humano.

De maneira geral, as atribuições da RECyT estão reunidas no Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL (PQ). Este documento é plurianual e sua criação foi definida pelos Ministros e as Altas Autoridades participantes da I Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação em 2006 que solicitaram aos coordenadores nacionais a sua elaboração. Esta iniciativa está voltada para promover a integração, fortalecendo vínculos e potencializando pontos fortes com vistas a aperfeiçoar os conteúdos e tornar visíveis projetos estratégicos de transformação regional e estabelecer uma posição harmonizada e de conjunto (RECyT, 2008, p.2-3).

Com base em seus objetivos estratégicos, o Programa-Quadro vigente (2008-2012), apresenta, de modo mais específico, as atribuições associadas à atuação do RECyT que, em resumo, são: a) promoção do avanço do conhecimento em áreas estratégicas; b) operação de mecanismos que conduzam os países do MERCOSUL para a sociedade do conhecimento<sup>16</sup>; c) geração e ampliação das capacidades em ciência, tecnologia e inovação dos Estados-membro; d) promoção e formação de redes de conhecimento em temas estratégicos; e) promoção do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) no processo de democratização e coordenação das redes de conhecimento; e) promoção da capacitação, da inovação tecnológica e produtiva e das ações de responsabilidade social das micro, pequenas e médias empresas ou outras modalidades organizacionais (RECyT, 2008).

O Programa-Quadro 2008-2012 estabelece alguns eixos programáticos que nortearam as ações no âmbito da RECyT desde sua aprovação, a saber:

- a) O eixo estratégico contempla como assuntos preponderantes: energias avançadas, alternativas, hidrocarbonetos, hidráulica, nuclear e Biomassa; desenvolvimento sustentável (recursos naturais não renováveis, desenvolvimento urbano, saneamento e outros); Tecnologias de Informação e Comunicação; Biotecnologia; Nanotecnologia e novos

---

<sup>16</sup> Os termos Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento e Sociedade Informacional vem sendo largamente utilizados por autores contemporâneos para definir a atual fase da sociedade. Para autores como Werthein (2000), o conceito de Sociedade da Informação surge para substituir o complexo conceito de Sociedade Pós-industrial e como forma de assinalar a emergência de um novo paradigma técnico-econômico potencializado pelo uso intenso das Tecnologias da Informação e Comunicação nas atividades cotidianas e pela ênfase na flexibilidade como idéia central das transformações sociais (SILVA, 2011).

materiais. Ainda como parte do eixo estratégico, os seguintes temas integraram o PQ como assuntos permanentes: saúde e fármacos, espacial, biodiversidade, água.

- b) O eixo industrial e agropecuário visa estimular o desenvolvimento dos temas: agroindústria; acordos de produção locais; extensão tecnológica; pólos, parques e incubadoras; projetos cooperativos universidade - empresa (U-E).
- c) O eixo social objetiva: divulgação de tecnologias apropriadas; segurança alimentar; inclusão digital; pesquisa em habitação e saneamento.
- d) O eixo dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação contempla como diretrizes: infra-estrutura de ciência, tecnologia e inovação; capacitação de recursos humanos; financiamento; marco legal; cooperação internacional; informações sobre ciência, tecnologia e inovação; indicadores de ciência, tecnologia e inovação.

O objetivo precípua da RECyT, portanto, como gestora e principal responsável pelo PQ, é *“organizar a construção de um espaço MERCOSUL de Ciência, Tecnologia e Inovação que favoreça a consolidação do desenvolvimento científico e tecnológico sustentável de cada Estado Parte em conjunto”* (RECyT, 2008, p.03), através da promoção da geração, a aplicação, a socialização e a sensibilização do conhecimento científico e tecnológico. Trabalhando a equidade e a inclusão social como um de seus princípios primordiais, o PQ coloca como requisito que qualquer ação a ser considerada envolva, necessariamente, grupos de no mínimo três países, sendo um deles o de menor desenvolvimento relativo.

### **2.3. Estrutura de funcionamento da RECyT**

De acordo com a Resolução do GMC Nº 11 de 2000 que leva em consideração o disposto no Tratado de Assunção, no Protocolo de Ouro Preto, nas resoluções Nº 20/95 e 78/97 do Grupo Mercado Comum e na recomendação Nº 1/00 da RECyT, o funcionamento da RECyT deve contar com uma estrutura composta por um coordenador nacional, um coordenador alterno, um comitê coordenador local em cada país e pelas Comissões Temáticas, estas últimas, por sua vez, podem constituir grupos de trabalho para atender as diferentes áreas temáticas.

De maneira geral, a RECyT deverá articular-se e manter articulações com os Subgrupos de Trabalho do MERCOSUL, com os governos nacionais, setor produtivo, acadêmico, e com organismos internacionais e programas de cooperação internacional. Suas funções serão acompanhar, orientar e garantir a realização das atividades em cumprimento ao seu programa de trabalho (MERCOSUL, GMC/DEC. Nº 11/2000, 2000).

Para tanto, em cada país-membro, o comitê coordenador local será o grupo assessor dos trabalhos da RECyT. Destes comitês deverão e podem participar, além do coordenador nacional da RECyT e dos coordenadores das Comissões Temáticas, os principais parceiros identificados para auxiliar a viabilização e realização das ações previstas no programa de trabalho da Reunião Especializada. A Coordenação do Comitê será exercida pelo coordenador nacional da RECyT em cada país e caberá as Comissões Temáticas dos países realizar consultas e debates para definir as áreas prioritárias e integrá-las posteriormente nas “áreas prioritárias do MERCOSUL” (MERCOSUL, GMC/DEC. N° 11/2000, 2000).

### **2.3.1. Presidência Pro Tempore (PPT)**

As regras de funcionamento das reuniões especializadas, aí incluída a RECyT, reproduzem em grande medida as regras de funcionamento do MERCOSUL. Neste sentido, assim como no âmbito dos órgãos decisórios, a PPT é rotativa, por ordem alfabética, e cada país a detém por um período de 06 meses. Atualmente, em outubro de 2012, a PPT está sob a responsabilidade do Brasil. No primeiro semestre de 2013 a responsabilidade da PPT recairá sobre o Paraguai, seguida do Uruguai no segundo semestre de 2013. A Venezuela será por responsável no início de 2014 e Argentina no segundo semestre do mesmo ano, voltando para o Brasil no primeiro semestre de 2015.

Dentre as principais atribuições da PPT da RECyT estão:

- Convocar, organizar e dar apoio logístico às reuniões à luz do disposto no artigo 13, Decisão CMC N° 59/00, devendo haver pelo menos uma reunião por semestre;
- Supervisionar as atividades administrativas e organizar todos os preparativos necessários para o bom desenvolvimento das reuniões;
- Elaborar e enviar ao Foro de Consulta e Concertação Política e à Secretaria do MERCOSUL as atas, relatórios, documentos e recomendações adotadas pela RECyT;
- Convocar, organizar e presidir as reuniões que se realizem durante o período do seu mandato;
- Submeter à análise do Comitê de Cooperação, nos termos da Resolução 77/97, artigo 1º, todos os projetos de cooperação técnica e financeira negociados no âmbito da RECyT, e efetuar as necessárias gestões para a sua aprovação e implementação;
- Submeter à análise do Comitê de Cooperação os formulários de avaliação de projetos de Cooperação Técnica no MERCOSUL, nos termos da Resolução 47/01, de todos os projetos de cooperação técnica e financeira em andamento no âmbito da RECyT.

A PPT da RECyT, portanto, tem como principal atribuição concentrar os processos de encaminhamento burocrático internamente ao MERCOSUL e aos órgãos decisórios aos quais a RECyT está submetida, assim como promover o andamento das reuniões como principal instrumento de operacionalização da dinâmica cooperativa. Como está descrito nas seções seguintes, a PPT, dessa forma, detém atribuições secretarias, já que as conduções em si das frentes de atuação da RECyT se concentram na atuação conjunta das coordenações nacionais, a partir das discussões do Plenário e prosseguimentos de caráter consensual.

### 2.3.2. Coordenações Nacionais

A estrutura organizacional de decisão e direcionamento operacional da RECyT adota um modelo de organização com bases locais que desfrutam de liberdade de organização e articulação já que do ponto de vista operacional modelos centralizadores tornam inviável a participação de todos os atores envolvidos e interessados pelas questões de Ciência e Tecnologia. Essa organização com bases locais são chamadas de Coordenações Nacionais, que contam com um Coordenador Nacional que concentra funções de deliberação operacional e coordenação geral das atividades RECyT em seu país, inclusive as atividades das comissões e subcomissões. A designação dos coordenadores nacionais varia de país para país, sendo de total autonomia dos Ministros e Altas autoridades a definição de como estes coordenadores serão designados, por qual tempo e como se dará sua interlocução internamente à estrutura dos órgãos envolvidos com a RECyT. Os coordenadores nacionais contam com a assessoria dos coordenadores de cada comissão no processo de acompanhamento do andamento das atividades e pode contar com outros membros envolvidos na RECyT de acordo com entendimentos e designações internas a cada país.

Tabela 01 – Modelo de designação de Coordenadores Nacionais por país até outubro/2012

<b>País</b>	<b>Designação do Coordenador Nacional - cargo ocupado na estrutura governamental</b>	<b>Vínculo do coordenador</b>
Argentina	Diretor Nacional de Relações Internacionais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação	Servidor público
Brasil	Secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.	Cargo de confiança
Paraguai	Ministro-presidente do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	Cargo de confiança
Uruguai	Diretor de Inovação, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.	Cargo de confiança

Fonte: Atas RECyT, 2012 – elaboração livre

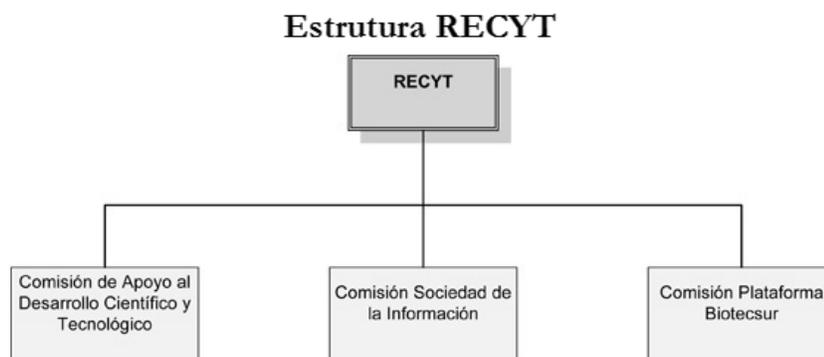
### 2.3.3. Comissões Temáticas

As Comissões temáticas de caráter plurinacional foram criadas (com a prévia aprovação do GMC) com o objetivo de concatenar temas comuns para que sejam debatidos, sugeridas linhas de ação e projetos e para o acompanhamento destas sugestões postas em andamento. Cada uma destas Comissões conta com dois coordenadores – um coordenador titular e um suplente, chamado de coordenador alterno – e, em muitos casos, com delegações compostas por representantes vindos da iniciativa pública, privada e acadêmica.

As Comissões, de maneira geral, se reúnem durante as reuniões do plenário (geralmente um dia antes desta reunião) e tem a prerrogativa de criar subcomissões e/ ou Grupos de Trabalho. Discutem e fazem recomendações em campos específicos da Ciência e Tecnologia, visando evitar a sobreposição de ações de mesma natureza e objetivo e fortalecendo a especialidade consultiva das proposições.

Atualmente, as comissões que formam a RECYT são: a Comissão da Sociedade da Informação – CSI (2000), a Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CADCT (2002) e a Comissão Plataforma BIOTECSUR – CPB (2011), apresentadas na Figura 3. No entanto, a trajetória da criação de Comissões Temáticas no âmbito da RECYT é dinâmica. Como citado anteriormente, outras Comissões Temáticas já deixaram de existir ou tiveram suas temáticas redirecionadas como é o caso das Comissões de Sistemas de Informação Científico-Tecnológica, Marco Normativo de Cooperação Científico Tecnológico, Interconexão de Redes de Computação, Capacitação de Recursos Humanos e o Grupo de Trabalho sobre Linhas de Financiamento. Ou seja, as comissões são formadas na medida em que um tema ganha destaque no âmbito da Reunião e suas ações, programas e projetos tomam amplitude e requerem especialidade de tratamento e acompanhamento.

Figura 3 – Organograma RECYT



Fonte: [www.recyt.mincyt.gov.ar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=59&lang=pt](http://www.recyt.mincyt.gov.ar/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=59&lang=pt)

Supervisionado pela Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico há o Comitê Gestor de Popularização da Ciência e Tecnologia, que realiza ações que visam promover e difundir a cultura científica e a ciência e tecnologia de forma geral. Sua atuação se dá por meio da realização ou apoio a eventos como feiras, mostras, concursos, congressos e conferências que promovam temas em C e T. Ainda, propõem ações conjuntas e buscam promover intercâmbios de participação nestes eventos entre os países.

Em reunião recente da RECyT datada de 1º de junho de 2012 (XLVII, ACTA Nº 01/2012) realizada em Buenos Aires, Argentina, foi feita nova determinação operacional no âmbito das comissões temáticas, visando o melhor acompanhamento e prosseguimento das definições das reuniões. A definição de pontos focais que tem a responsabilidade de realizar o monitoramento e acompanhamento dos compromissos e prazos assumidos pelas comissões visam informar a Presidência *Pro Tempore* dos progressos realizados e impedir a estagnação das atividades consensuadas nas reuniões.

#### **2.3.4. Reuniões no âmbito da RECyT e seu fluxo de funcionamento**

A operacionalização das proposições e decisões da RECyT se dá pela realização de reuniões, realizadas periodicamente. O detalhamento das reuniões RECyT constam nas atas disponibilizadas publicamente no website [www.recyt.mincyt.gov.ar](http://www.recyt.mincyt.gov.ar). São três os tipos de reuniões que operacionalizam as atividades da RECyT, a saber:

##### ► *Reuniões de Ministros e Altas Autoridades*

A partir de Decisão CMC No 05/2005 foi criada a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL e Estados Associados a qual tem como função propor ao CMC, através do GMC, medidas tendentes à coordenação e a cooperação na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 05/2005, 2005).

Como reuniões realizadas com maiores intervalos de tempo e que contam com a presença de altas autoridades com poder deliberativo no âmbito de C, T & I de cada país, nestas reuniões são discutidas as facetas macro estratégicas da RECyT e deliberações de teor político. As colocações geram declarações que traduzem a vontade política dos países, evocada por seus representantes presentes nas reuniões.

Desde a sua criação, a Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação aconteceu por duas vezes, em 2006 e 2011, e contou com a presença de ministros e representantes das delegações nacionais. Na primeira delas pode-se observar esforços no sentido de “aprofundar a experiência realizada no âmbito da RECYT através de instrumentos concretos que permitam levar adiante ações relevantes no campo da ciência, tecnologia e inovação” (RECYT, 2006, p.04), sendo nesta ocasião elaborado o Plano de Ação de Buenos Aires e proposta a criação de um Programa Marco de Ciência Tecnologia e Inovação do MERCOSUL. Na segunda reunião, em 2011, entendeu-se, como convenientes, entre outros itens, o estreitamento dos laços de cooperação através de planos estratégicos e ações concretas e a avaliação do Programa Marco criado para o quadriênio 2008-2012. Esta avaliação visou, dentre outros propósitos, o de prever recursos que permitam elaborar e aprovar o próximo Programa Marco que, entre outras inovações, deverá constar mecanismos de coordenação para vinculação com outros blocos regionais com favorecimento da cooperação Sul-Sul e a criação de institutos do MERCOSUL para matérias de ciência, tecnologia e inovação (RECYT, 2011).

Tabela 02 – Reuniões de Ministros e Altas Autoridades RECYT

<b>1ª Reunião de Ministros e Altas Autoridades</b>			
<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Principais assuntos discutidos</b>	<b>Principais documentos gerados</b>
Buenos Aires, Argentina	30/05/2006	Aprofundamento da RECYT por meio de instrumentos técnicos como o Programa Marco; Dar andamento a projetos como BIOTECH e Escola Virtual; Promover a constituição de centro de excelência	Declaração de Buenos Aires
<b>2ª Reunião de Ministros e Altas Autoridades</b>			
<b>Local</b>	<b>Data</b>	<b>Principais assuntos discutidos</b>	<b>Principais documentos gerados</b>
Montevideú, Uruguai	22/11/2011	Necessidade de consideração das experiências de cooperação bilaterais de êxito e de outras iniciativas de integração; Necessidade de avaliação do Programa Marco vigente (2008-2012); Pontos-chave a constarem no próximo Programa Marco;	Declaração de Montevideú

Fonte: Atas RECYT, 2012 – elaboração livre

► *Reuniões das Comissões da Recyt*

As reuniões das Comissões Temáticas da RECYT visam discutir, refletir e recomendar ações relacionadas aos objetivos das linhas mestras das comissões, em forma de projetos, planos de ações e/ou considerações gerais. Adicionalmente, uma vez estabelecidas frentes de trabalho no âmbito

de uma comissão, seus integrantes dão andamento, contando ou não com membros convidados, de atividades que competem à comissão, tais como: elaboração de propostas e projetos para solicitação de aprovação e/ou financiamento por parte do GMC e agentes financiadores (FOCEM ou outros); acompanhamento e monitoramento de projetos em aprovação e/ou vigentes; coordenação de avaliações referentes às ações no âmbito da Comissão, dentre outras.

Das comissões existentes atualmente, as reuniões aconteceram precedendo às reuniões do Plenário e se deram na periodicidade e incidência conforme mostrado pela Tabela 03:

Tabela 03 – Reuniões das Comissões RECyT realizadas até outubro/2012

<b>Comissão</b>	<b>No de reuniões até 10/2012</b>	<b>Período</b>	<b>Documentos produzidos</b>
Sociedade da Informação	26	2000/2012	Atas com detalhamentos anexos
Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico	23	2002/2012	
Plataforma Biotecsul	3	2011/2012	

Fonte: RECyT, 2012 – elaboração livre

#### ► Reuniões do Plenário da Recyt

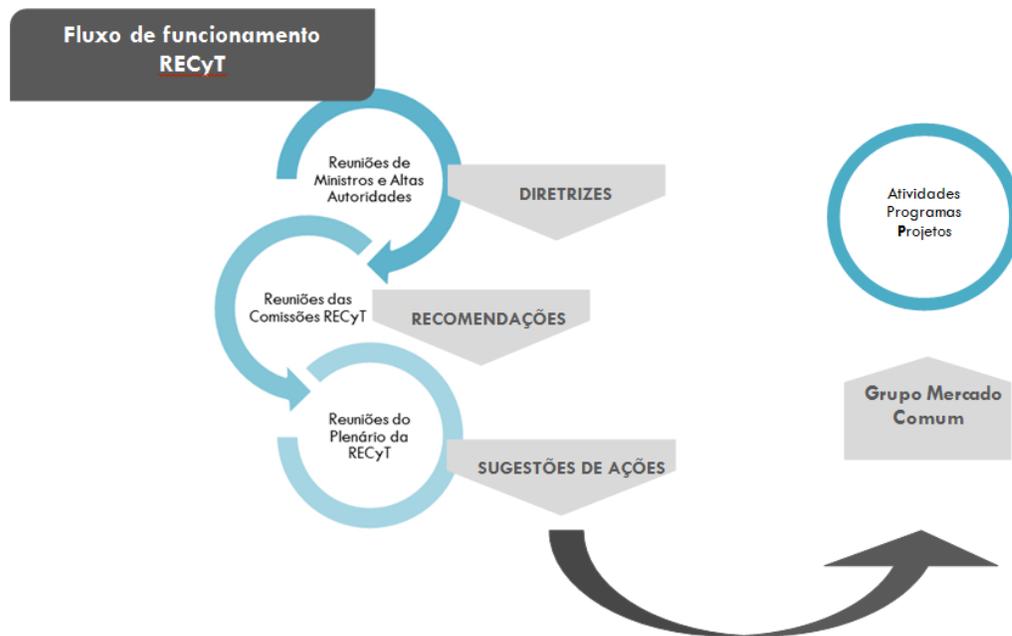
As reuniões do Plenário da RECyT tem como objetivo decidir, dentre as recomendações técnicas proferidas pelas Comissões Temáticas e os assuntos discutidos e propostas entre as coordenações nacionais, aquelas que se tornarão sugestões de ações a serem deliberadas pelo Grupo Mercado Comum. Além disso, tem como responsabilidade supervisionar o processo de implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos e atividades em andamento no âmbito da RECyT como um todo.

O histórico de reuniões da RECyT registra a ocorrência de até quatro reuniões anuais, sendo que a partir de 2003, como comentado anteriormente, somente duas reuniões são realizadas por ano. Até outubro de 2012 haviam sido realizadas 48 reuniões.

O processo deliberativo da RECyT se dá, portanto, mediante o fluxo de reuniões que, em primeiro lugar, leva em conta como dimensão estratégica as declarações dos Ministros e Altas autoridades em suas reuniões específicas. Num segundo momento, são discutidas do ponto de vista técnico/consultivo, as ações sob a tutela de cada Comissão Temática que, posteriormente, terão suas considerações definidas pela reunião do Plenário da RECyT.

As recomendações das Comissões Temáticas, no entanto, não esgotam e nem determinam todas as atividades em andamento no âmbito da RECyT, uma vez que nem todas as ações e projetos estão inseridos em alguma comissão. Como o próprio termo explicita, são recomendações, de caráter técnico e não determinante, para assessoramento adequado do prosseguimento de ações por parte do Plenário. Neste sentido, as reuniões do Plenário da RECyT tem dinâmica própria e, apesar de atualmente ocorrerem em seguida às reuniões das comissões, são as reuniões do Plenário que direcionam, em essência, o andamento das atividades da RECyT. A precedência das reuniões das Comissões Temáticas às reuniões do Plenário tem objetivo de otimização do âmbito de discussão e de decisão dos assuntos que competem às Coordenações Nacionais, haja vista o aproveitamento das agendas de todos os envolvidos. A Figura 04 demonstra genericamente o fluxo de posicionamentos propiciado pelas reuniões e sua ordem predominante:

Figura 04 – Fluxo de funcionamento reuniões RECyT



Fonte: Elaboração nossa

### 2.3.5. Procedimentos de planejamento, proposições e prestação de contas e resultados aos órgãos decisórios

#### a) Gerais

Além da diretriz dos Ministros e Altas autoridades sobre a vigência constante de um Programa Quadro plurianual que estabeleça e planeje as diretrizes estratégicas a nortear as ações cooperativas no âmbito da RECyT, traduzido em projetos e atividades concretas, outros mecanismos

de planejamento e *accountability* (prestação de contas e resultados) são determinados pelas instâncias decisórias do MERCOSUL.

Sob a responsabilidade de proposição e supervisão da *Presidência Pro Tempore* (PPT) em exercício, a Decisão CMC N° 36/10<sup>17</sup> atribui aos órgãos e foros dependentes dos órgãos decisórios a apresentação do Programa de Trabalho Anual (Artigo 1º, DEC. 36/10), referindo-se aos temas prioritários, definidos por consenso, a serem tratados no período, assim como aos prazos necessários para sua finalização, de acordo com o modelo explicitado no Anexo I da referida Decisão. Ainda que a proposição esteja a cargo da PPT em questão, esta deve submeter o Plano de trabalho às Coordenações Nacionais e, depois de realizadas as consultas necessárias e estabelecido consenso sobre os documentos, o referido Plano de Trabalho deve ser enviado ao órgão decisório superveniente, no caso, o GMC.

Uma vez implementado o processo da apresentação dos Planos de Trabalho, estes órgãos também deverão apresentar um Relato de Cumprimento do último Programa de Trabalho aprovado, a ser elaborado de acordo com modelo que constante no Anexo II da mesma Decisão.

#### **b) Relacionados aos projetos no âmbito RECyT**

No tocante aos projetos da RECyT, uma resolução específica do GMC datada de 2002 – e que deve ser incorporada ao ordenamento jurídico de cada Estado-membro por regulamentar aspectos de organização ou funcionamento do MERCOSUL – estabeleceu alguns critérios importantes. A resolução N° 33/2002 versa sobre os critérios e procedimentos para a cooperação científica, tecnológica e inovação produtiva do MERCOSUL com países extra-zona, associações regionais ou organismos internacionais, levando em consideração o disposto no Tratado de Assunção, no Protocolo de Ouro Preto, nas Decisões CMC N° 14/96 e 12/97 e na Resolução GMC N° 24/92.

Segundo esta resolução, os projetos selecionados devem, sobretudo, contribuir para o processo de integração regional do MERCOSUL e deverão levar em conta: a) a aprovação, por consenso, dos Estados-membros, podendo contar com a participação de qualquer número de países; b) o fato de que seu financiamento ocorra de maneira em que os recursos de fontes externas alocados ao projeto de cooperação com o MERCOSUL não implicarão uma redução dos recursos já designados nas cooperações bilaterais com cada um dos Estados-membros e que sejam provenientes das mesmas fontes externas; c) que as modalidades de cooperação estejam em acordo com os procedimentos de gestão e de alocação de recursos de cada Estado-membro do MERCOSUL; d) a exigência de contemplação de uma cláusula que regule os aspectos relativos à propriedade

---

<sup>17</sup> Disponível em: [http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC\\_36-10\\_PT\\_ProgTrabalho.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_36-10_PT_ProgTrabalho.pdf)

intelectual; e) a participação dos países associados ao MERCOSUL nos projetos de cooperação científica, tecnológica e inovação produtiva (MERCOSUL/GMC/RES. Nº 33/2002).

Além desses critérios de seleção, outros regulam os procedimentos dos projetos da RECyT, indicando que: a) as propostas de cooperação devem ser apresentadas à RECyT para análise e adequação aos critérios estabelecidos pela mesma resolução Nº 33/2002 do GMC; b) a RECyT poderá criar Grupos *Ad Hoc* para avaliar e dar seguimento aos projetos de cooperação; c) a cooperação nesta temática poderá ser estabelecida com países extra-zona, grupo de países, associações regionais ou organismos internacionais dotados de personalidade jurídica internacional ou que administrem programas, projetos ou outras atividades internacionais; d) os projetos deverão ter definidos seus critérios e procedimentos gerais de consenso para o acompanhamento e sua avaliação e; e) devem ser elevados ao GMC, para consideração e aprovação final (MERCOSUL/GMC/RES. Nº 33/2002).

Ademais aos requerimentos acima, a Resolução GMC Nº 47/01 implementa um modelo de formulário de avaliação de Projetos de Cooperação Técnica que visa padronizar e parametrizar o processo de monitoramento e avaliação de resultados dos projetos em andamento. Esta resolução recai sobre todos os projetos no âmbito do MERCOSUL, inclusive os projetos RECyT. A elaboração de relatórios avaliativos em atendimento às exigências de financiadores extra-zona não exige a RECyT e coordenações de seus projetos desta avaliação, a ser submetida ao Comitê de Cooperação Técnica do bloco, órgão assessor do GMC, regulado pela Resolução GMC Nº 57/05.

#### **2.4. Gestão de fundos**

Desprovida de orçamento próprio para o custeio de suas atividades e projetos, além de dispor de contrapartidas negociadas entre os próprios Estados-parte, assim como recursos advindos dos organismos do MERCOSUL, a RECyT também requer a busca de financiadores extra-zona para tornar exequíveis os projetos concebidos em seu contexto. A estruturação de procedimentos permanentes, determinados e consolidados para fins de cooperação MERCOSUL em ciência, tecnologia e inovação ainda está em fase de ajuste e alinhamento. Ainda assim, nos anos de existência da RECyT, mas mais especificamente nos últimos cinco anos, o levantamento e gestão de fundos para execução de atividades e projetos vem se tornando mais consistente e neste momento apresenta perspectivas otimistas de meios permanentes e especializados de financiamento.

Até o momento, são duas as principais frentes pelas quais as atividades RECyT vem sendo realizadas em termos de financiamento:

#### **2.4.1. Financiamento intra-zona e via FOCEM**

É consideravelmente recente a aprovação de um projeto focado em Ciência, Tecnologia e Inovação, concebido no contexto da RECyT, junto ao principal órgão financiador do MERCOSUL, o FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL). O projeto Biomedicinas, ou, conforme sua denominação completa “Rede de Investigação, Educação e Biotecnologia aplicadas à saúde”, teve proposta de financiamento aprovada em meados de 2011, após cerca de 24 meses de trâmites junto às autoridades competentes na aprovação de recurso deste fundo. Considerado uma vitória sem precedentes para a história da RECyT, o projeto instaura uma nova perspectiva de levantamento de fundos intra-zona para a consecução de projetos que contribuam para a efetividade da RECyT. A aprovação significa o comprometimento por parte do FOCEM de USD7,06 MM complementados por contrapartidas dos Estados-parte de USD3 MM, valores a serem utilizados em três anos de execução. Aberta esta porta, não somente outros projetos poderão ser submetidos à apreciação do FOCEM buscando financiamento, bem como a aprovação instaura uma discussão no perímetro da RECyT sobre possibilidades de criação de um fundo destinado especificamente às atividades de ciência, tecnologia e inovação, bem como que recursos direcionados sejam trabalhados e aportados por uma agência especializada no assunto, capaz de compreender e contemplar as peculiaridades requeridas pelo campo da C, T & I (ver item 2.4.3. desta seção).

O projeto Prêmio MERCOSUL é outro exemplo do financiamento intra-zona, seja por um arranjo de aportes dos Estados-parte, seja por instituições específicas engajadas nos objetivos atinentes ao projeto em questão. O Prêmio MERCOSUL é apoiado financeiramente, desde 2004, pela UNESCO Brasil e, desde 2006 também vem contando com o apoio da Petrobrás e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI). No ano de 2010, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ Brasil) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC) também integraram o apoio ao Prêmio com aporte de recursos, juntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina e pela Fundação Nanotecnológica Argentina. No ano de 2011 a Sangari do Brasil patrocinou o prêmio juntamente aos demais patrocinadores históricos. No ano de 2012, o Prêmio esteve sob a responsabilidade do Brasil e, nesta condição, seu financiamento se deu a partir de um arranjo de recursos do MCTI/ Brasil, juntamente com o CNPq/ Brasil, UNESCO, Movimento Brasil Competitivo e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo MCTI/Brasil.

O projeto CINECIEN em 2006 foi apoiado pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro/ Brasil e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do mesmo país. Uma versão nacional também foi realizada na Argentina com financiamento da Secretaria de Planejamento e Políticas do Ministério

de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva deste país, assim como em 2008 e 2011, mas, nestes anos, com amplitude MERCOSUL. No ano de 2012 a realização do CINECIEN está a cargo do Uruguai. Até o momento não se obteve informações detalhadas sobre os meios de financiamento da edição 2012.

#### 2.4.2. Financiamento extra-zona

Historicamente, o financiamento dos projetos RECyT vem contando em grande medida com a cooperação financeira bloco-bloco, evidenciada pela forte relação com a União Europeia como o financiador que mais aportou recursos aos projetos vigentes, através de seu 7º Programa Quadro: MERCOSUL Digital e Biotecsul.

Dos projetos RECyT vigentes, a Tabela 04 demonstra aqueles que foram beneficiados, até esta data com recursos desta fonte extra-zona:

Tabela 04 – Projetos com financiamento extra-zona contínuo – União Europeia

<b>Projeto</b>	<b>MERCOSUL Digital</b>	<b>BIOTECH SUL</b>
Financiador extra-zona	União Europeia	União Europeia
Valor comprometido pelo financiador	€ 7 MM	€ 6 MM
Previsão de vigência do projeto	até set/2013	até dez/2011
Contrapartidas países MERCOSUL	€ 2,6 MM	€ 1,3 MM
Situação atual	prorrogado	aprovação em trâmite

Fonte: elaboração livre (RECyT, 2012)

O projeto BIOTECH II foi submetido à apreciação da União Europeia com valores solicitados de €2 MM e contrapartidas MERCOSUL de €1,6 MM, com prazo de execução previsto para 42 meses a partir da aprovação dos recursos. Ainda não há parecer final sobre a continuidade do financiamento.

A elaboração de propostas de projetos RECyT para financiadores extra-zona é realizada com a contribuição de todos os Estados-parte, mesmo que este processo seja coordenado e conduzido principalmente por um dos países. Da mesma forma, mediante aprovação dos recursos, a coordenação sobre a execução e implementação do projeto é concentrada em algum ambiente afeto à RECyT sob a responsabilidade de coordenação de algum dos países participantes. Este coordenador tem a responsabilidade de estimular e coordenar as atividades do projeto, bem como a participação dos elementos nos demais países designados como participantes. Para além disso, a

coordenação dos projetos também é responsável frente aos financiadores no fornecimento de informações periódicas sobre a situação do projeto e sua prestação de contas e relatório de gestão, de acordo com as normas definidas pelo financiador. Estas regras, no entanto, não desobrigam os coordenadores de projetos de contemplar, da mesma forma, os procedimentos de monitoramento, prestação de contas e resultados definidos pelos órgãos decisórios do MERCOSUL.

#### **2.4.3. A terceira via de financiamento em discussão: Agência de Ciência, Inovação Tecnológica e Integração Produtiva do MERCOSUL (ACITIP)**

A questão dos recursos ou fundos para a implementação e execução de programas, projetos e atividades no contexto da RECyT toma maior preponderância no momento atual, haja vista alguns aspectos:

- A consolidação da estrutura e funcionamento da reunião e de suas atividades, a partir de esforços e contrapartidas financeiras e não financeiras dos Estados-parte incentiva pensar-se a ampliação do âmbito de atuação, que, porém, esbarra na questão do financiamento de atividades adicionais;
- A crise europeia deflagra a fragilidade do sistema de financiamento extra-zona, já que a União Europeia é uma das principais financiadoras de alguns dos projetos mais robustos que se encontram no âmbito da RECyT;
- O processo de aprovação do primeiro projeto de Ciência e Tecnologia proposto pela RECyT ao Fundo Orçamentário de Convergência Estrutural MERCOSUL (FOCEM), cuja duração foi de cerca de 02 anos, demonstra a peculiaridade técnica das propostas de projetos em ciência e tecnologia.

Neste contexto se insere a discussão e proposição recente de um incremento na estrutura de apoio à RECyT que corresponde à criação da Agência de Ciência, Inovação Tecnológica e Integração Produtiva do MERCOSUL (ACITIP). Segundo a proposta, elaborada pela Argentina e apresentada na XLVII RECYT, a ACITIP funcionaria no âmbito da Secretaria do MERCOSUL<sup>18</sup> que tem relação de dependência com o GMC e, através da RECyT em coordenação com o Grupo de Integração Produtiva (GIP), atuaria na implementação do Programa Marco 2013-2017 e subsequentes. Além disso, o propósito da ACITIP também é o de levar à RECyT propostas de possíveis fontes de financiamento para projetos específicos, dentre as quais considera-se inclusive a criação de um fundo específico na atual estrutura institucional do MERCOSUL (MERCOSUL, CMC/P.DEC. Nº 01/2012, 2012).

---

<sup>18</sup> Consiste em órgão de apoio operativo, responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do MERCOSUL.

A proposta declara que a criação de um órgão específico na estrutura institucional do MERCOSUL irá contribuir para a articulação de ações entre a RECyT e o Grupo de Integração Produtiva (GIP), propiciando melhores condições para que o bloco supere os desafios que encontra em matéria de ciência, inovação tecnológica e integração produtiva. Além disso, coloca que um órgão com as características propostas será também de utilidade para a implementação do novo Programa Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação. De acordo com o proposto, os recursos necessários para o funcionamento da ACITIP constituirão uma parte específica do orçamento da Secretaria MERCOSUL (SM) e serão aprovados pelo GMC com base na proposta de que a RECyT apresente anualmente para sua consideração. A estrutura da agência deverá contemplar a existência dos seguintes setores:

- Gestão e Suporte – desenvolvido para auxiliar o RECyT na organização de suas atividades, implementação e coordenação da implementação dos mandatos de suas reuniões e realizar qualquer outra tarefa administrativa e de logística RECyT;
- Gestão de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação e Integração Produtiva – que visa auxiliar a RECyT na identificação, seleção, apresentação e implementação de projetos na área, com a cooperação do GIP.

Na proposta são considerados como caminhos para a estruturação de oportunidades de financiamento para as atividades cooperativas de ciência, tecnologia e inovação no MERCOSUL tanto por meio da criação de um fundo específico na estrutura institucional do MERCOSUL, ou ainda mediante a alocação aportes específicos do FOCEM a projetos pluriestatais na matéria em questão. A proposta ainda está em tramitação no âmbito do Plenário RECyT quando da realização deste documento.

### 3. Programas e projetos RECyT

Diversos projetos foram concebidos no contexto da RECyT. Alguns destes não tiveram prosseguimento, outros foram executados e finalizados após realizar seus propósitos. Algumas outras experiências exitosas vêm sendo reeditadas ou prorrogadas na medida em que continuam a representar os interesses integrativos da cooperação em C, T & I e na medida em que as parcerias que os viabilizam seguem sendo mantidas e renovadas. Atualmente, são cinco os principais projetos conduzidos no âmbito da RECyT, a saber (Tabelas 5-9):

Tabela 05 – Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia: caracterização geral

<b>Prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia</b>																					
<b>ANO DE CRIAÇÃO E HISTÓRICO</b>	O prêmio MERCOSUL de Ciência e Tecnologia foi criado em 1997 pela RECyT e sua primeira edição foi realizada em 1998.																				
	<table border="1"> <thead> <tr> <th><b>Ano e país organizador</b></th> <th><b>Tema</b></th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1998 (concessão de um prêmio por país)</td> <td>Alimentos</td> </tr> <tr> <td>2000 Assunção - PI</td> <td>Meio Ambiente/ Tecnologias Limpas</td> </tr> <tr> <td>2004 Brasília - BR</td> <td>Energia</td> </tr> <tr> <td>2006 Assunção - PI</td> <td>Tecnologias de Inclusão Social</td> </tr> <tr> <td>2008 Brasília - BR</td> <td>Biocombustíveis</td> </tr> <tr> <td>2009 Montevideu - UI</td> <td>Agroindústria</td> </tr> <tr> <td>2010 Buenos Aires - AR</td> <td>Nanotecnologia</td> </tr> <tr> <td>2011 Montevideu - UI</td> <td>Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável</td> </tr> <tr> <td>2012 Brasília - BR</td> <td>Inovação Tecnológica para a saúde</td> </tr> </tbody> </table>	<b>Ano e país organizador</b>	<b>Tema</b>	1998 (concessão de um prêmio por país)	Alimentos	2000 Assunção - PI	Meio Ambiente/ Tecnologias Limpas	2004 Brasília - BR	Energia	2006 Assunção - PI	Tecnologias de Inclusão Social	2008 Brasília - BR	Biocombustíveis	2009 Montevideu - UI	Agroindústria	2010 Buenos Aires - AR	Nanotecnologia	2011 Montevideu - UI	Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável	2012 Brasília - BR	Inovação Tecnológica para a saúde
	<b>Ano e país organizador</b>	<b>Tema</b>																			
	1998 (concessão de um prêmio por país)	Alimentos																			
	2000 Assunção - PI	Meio Ambiente/ Tecnologias Limpas																			
	2004 Brasília - BR	Energia																			
	2006 Assunção - PI	Tecnologias de Inclusão Social																			
	2008 Brasília - BR	Biocombustíveis																			
	2009 Montevideu - UI	Agroindústria																			
	2010 Buenos Aires - AR	Nanotecnologia																			
	2011 Montevideu - UI	Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável																			
2012 Brasília - BR	Inovação Tecnológica para a saúde																				
<b>OBJETIVO(S)</b>	Envolver pesquisadores, sobretudo jovens, na busca de soluções para problemas																				

	<p>sociais com o intuito de incentivar a investigação científica e tecnológica orientada pelo MERCOSUL, reconhecer e premiar trabalhos que representem potencial contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico dos países membros e associados do MERCOSUL e contribuir para a difusão de avanços e realizações neste campo.</p>
<b>DESCRIÇÃO</b>	<p>O alcance da premiação abrange pesquisadores de todos os Estados-membros e associados que estejam cursando desde o ensino médio ao doutorado, sendo o tema de cada edição aprovado em plenário organizado pela RECyT com base no consenso entre os coordenadores nacionais e seus colaboradores. Dentre as temáticas já abordadas, destacam-se o desenvolvimento sustentável, a nanotecnologia, a agroindústria, o biocombustível e a inclusão social.</p>
<b>VALORES INVESTIDOS</b>	<p>Não divulgados</p>
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE A COORDENAÇÃO</b>	<p>Rotativa, mediante responsabilização voluntária                  2012 - Brasil</p>
<b>PROMOÇÃO/ FINANCIAMENTO</b>	<p>O Prêmio MERCOSUL é apoiado financeiramente, desde 2004, pela UNESCO Brasil e, desde 2006 também vem contando com o apoio da Petrobrás e Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil (MCTI). No edição de 2010 agregaram-se a estes o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/ Brasil) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC) juntamente com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina e pela Fundação Nanotecnológica Argentina. No ano de 2011, os mesmos patrocinadores de 2010 contaram com a participação da Sangari do Brasil. No ano de 2012, sob a responsabilidade do Brasil os patrocinadores históricos contaram com aportes adicionais do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), organização social supervisionada pelo MCTI/Brasil.</p>
<b>RESULTADOS GERADOS PELO PROJETO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Mais de 60 prêmios distribuídos às diversas categorias de cientistas, estimulando a continuidade dos trabalhos de pesquisa, totalizando cerca de USD180.000,00 em prêmios;</li> <li>○ Estímulo à produção científica nos países com alcance direto a mais de 1200 pesquisadores que submeteram seus trabalhos no conjunto das edições do projeto;</li> <li>○ Ampliação da visibilidade às oportunidades de reconhecimento da produção científica entre os países do bloco, contribuindo para a retenção de talentos locais.</li> </ul>
<b>PARCERIAS GERADAS</b>	<p>Além da mobilização de recursos propiciando parcerias de patrocínio para o Prêmio com os diversos órgãos de Ciência e Tecnologia dos Estados-parte, o projeto vem consolidando ao longo dos anos parcerias com empresas como Petrobrás, Sangari do Brasil, Fundação Nanotecnológica Argentina e CGEE/ Brasil,</p>

atestando seu interesse público e para os setores produtivos dos países MERCOSUL.

Tabela 06 – CINECIEN – Festival de Cine e Vídeo Científico do MERCOSUL

<b>CINECIEN – Festival de Cine e Vídeo Científico do MERCOSUL</b>											
<b>ANO DE CRIAÇÃO E HISTÓRICO</b>	<p>O CINECIEN tem periodicidade bienal e sua primeira edição aconteceu em 2006 no Brasil.</p> <table border="1" style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <thead> <tr> <th style="text-align: center;">Ano</th> <th style="text-align: center;">País organizador</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td style="text-align: center;">2006</td> <td style="text-align: center;">Brasil</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">2008</td> <td style="text-align: center;">Argentina</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">2010/2011</td> <td style="text-align: center;">Argentina</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">2012/2013</td> <td style="text-align: center;">Uruguai</td> </tr> </tbody> </table>	Ano	País organizador	2006	Brasil	2008	Argentina	2010/2011	Argentina	2012/2013	Uruguai
Ano	País organizador										
2006	Brasil										
2008	Argentina										
2010/2011	Argentina										
2012/2013	Uruguai										
<b>OBJETIVO(S)</b>	<p>Estimular produtores e instituições científicas e tecnológicas dos países membros e associados do MERCOSUL que utilizem meios audiovisuais como veículo para a divulgação dos trabalhos de pesquisadores em todas as áreas do conhecimento científico, bem como promover a produção científica da região e o uso dos idiomas espanhol e português como forma de expressão do progresso do conhecimento (RECyT, 2012).</p>										
<b>DESCRIÇÃO</b>	<p>O CINECIEN – Festival de Cine e Vídeo Científico do MERCOSUL é uma iniciativa de caráter competitivo e não comercial que cumpre o papel de difundir a produção audiovisual e científica da região por meio de uma mostra de filmes aberta ao público em que são exibidas produções vencedoras nas categorias: vídeos e filmes didáticos, séries, programas e notas especiais realizadas para televisão, curta metragens (documentários ou ficção), longa metragens (documentários ou ficção), e peças de divulgação da Ciência e Tecnologia, além da realização de palestras e debates sobre o cinema e televisão (RECyT, 2012).</p> <p>Para isso, o projeto articula recursos humanos, técnicos e de infra-estrutura de produtores independentes, de universidades, agências estatais e órgãos públicos estatais ou descentralizados do MERCOSUL.</p>										
<b>VALORES INVESTIDOS</b>	Não divulgado										
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE A COORDENAÇÃO</b>	Rotativa, mediante proposição voluntária de país interessado em coordenar a edição do projeto										
<b>PROMOÇÃO/ FINANCIAMENTO</b>	Promovido pela RECyT e coordenado pelo Comitê Gestor de Popularização da										

	<p>Ciência do MERCOSUL (RECyT, 2012). O patrocínio contou, a cada edição, com apoios diferentes, desde a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o MCTI/ Brasil até a Secretaria de Planejamento e Políticas do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva argentina.</p>
<p><b>RESULTADOS GERADOS PELO PROJETO</b></p>	<p>A difusão do conhecimento científico e promoção da produção cinematográfica e televisiva da ciência foi propiciada pelo considerável número de obras projetados nas 03 edições que já ocorreram, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Edição 2008 – 137 obras oficiais apreciadas entre longas, curtas, campanhas e programas para TV e programas didáticos.</li> <li>○ Edição 2006 – 62 obras oficiais (180 submetidas) entre longas, curtas, campanhas e programas para TV e programas didáticos.</li> <li>○ Edição 2010 – 35 obras oficiais entre longas, campanhas e programas institucionais, longas e curtas de ficção e documentários, vídeos e filmes didáticos</li> </ul>
<p><b>PARCERIAS GERADAS</b></p>	<p>À parte as parcerias para financiamento construídas com os órgãos de Ciência e Tecnologia de alguns países participantes, assim como com órgãos relacionados à produção cinematográfica como o Departamento de Artes Audiovisuales del Instituto Universitário Nacional del Arte e a Biblioteca Nacional Argentina, não existem registros de parcerias recorrentes, financeiras e não financeiras, consolidadas em benefício da realizada do CINECIEN.</p>

Tabela 07 – MERCOSUL Digital

<b>MERCOSUL Digital</b>	
<p><b>ANO DE CRIAÇÃO E HISTÓRICO</b></p>	<p>O histórico do projeto destaca o ano de 2006 quando foi concluído o desenho final do projeto, o ano de 2008 quando o projeto foi anunciado após a confirmação do financiamento da União Europeia e o ano de 2009 quando iniciou uma fase de expansão do projeto. O término do projeto estava previsto para 2011 e neste ano houve concordância por parte dos financiadores sobre sua prorrogação para set/2013.</p>
<p><b>OBJETIVO(S)</b></p>	<p>Promover políticas e estratégias comuns da Sociedade da Informação que corroborem para o crescimento e a integração econômica, fomentando o desenvolvimento do comércio eletrônico na região (MERCOSUL DIGITAL, 2012). Estes objetivos são perseguidos mediante dois eixos principais: comércio eletrônico (marco regulatório comum e infraestrutura tecnológica no MERCOSUL) e educação continuada (rede de capacitação – Escola Virtual).</p>
<p><b>DESCRIÇÃO</b></p>	<p>O MERCOSUL Digital caracteriza-se como uma iniciativa de cooperação internacional da União Europeia e do MERCOSUL que, do ponto de vista estratégico, representa uma tentativa regional de responder aos gargalos que</p>

	<p>desafiam a inserção dos países da região no segmento do comércio eletrônico, uma vez que, em escala mundial, nenhum deles figura em posição protagonista. Neste sentido, o que merece destaque é o foco do projeto que busca priorizar o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas e a qualificação de profissionais em áreas sensíveis da economia da informação – ou informacional.</p> <p>O escopo do projeto caminha em duas direções:</p> <p>a) Comércio Eletrônico – cujas principais questões giram em torno da assinatura digital, proteção de dados, crimes eletrônicos, emissão de notas fiscais eletrônicas, criação de marco regulatório comum e infraestrutura tecnológica e desenvolvimento de plataforma comum para a venda de produtos e serviços voltados às micro, pequenas e médias empresas – e;</p> <p>b) Educação Continuada – implantação de rede de capital virtual que integre países do bloco e potencialize o aproveitamento de capacidades para incrementar competências e conhecimentos sobre a Sociedade da Informação de setores públicos e privados.</p> <p>No primeiro caso, o MERCOSUL Digital tem atuado na viabilização de uma autoridade certificadora raiz do Paraguai que seja responsável pela emissão, distribuição, renovação, suspensão e revogação de certificados digitais usados na assinatura eletrônica, da implementação da autoridade certificadora de primeiro nível (AC Online) para emissão, expedição, distribuição, renovação, suspensão e revogação de certificados e o estabelecimento de infraestrutura de carimbo de tempo<sup>19</sup> para Argentina e Uruguai. Além disso, o MERCOSUL Digital busca firmar pequenos contratos de regime competitivo com o objetivo de realizar estudos e análises de mercado, identificando possibilidades para o comércio eletrônico transfronteiriço.</p> <p>No segundo caso, o projeto tem dado prioridade à operação da Escola Virtual do MERCOSUL, uma rede de formação e capacitação para o desenvolvimento da economia digital e integração econômica que tem tomado para si o papel de centro de aprendizagem para cidadãos, micro, pequenos e médios empresários; empresas e associações empresariais e de produtores; empreendedores, câmaras de comércio e organizações públicas. A Escola Virtual do MERCOSUL, através de produtos e serviços <i>online</i> (cursos, comunidade de debates e serviços de informação – boletins, biblioteca de mídias, diagnósticos e ferramentas virtuais), persegue o desafio de reduzir a brecha digital nos quatro países do MERCOSUL e das assimetrias internas quanto ao acesso aos benefícios gerados pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação. (MERCOSUL Digital, 2012).</p>
<p><b>PROMOÇÃO/ FINANCIAMENTO</b></p>	<p>União Europeia e os países do MERCOSUL</p>

<sup>19</sup> O carimbo de tempo é uma certificação digital com referência temporal que permite atestar a existência de um documento eletrônico em determinado instante de tempo.

<p><b>VALORES INVESTIDOS</b></p>	<p>€9.623.600 (sendo € 7MM investidos pela UE e € 2,63 MM contrapartidas dos países MERCOSUL envolvidos – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)</p>
<p><b>RESPONSABILIDADE SOBRE A COORDENAÇÃO</b></p>	<p>Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), Rio de Janeiro – Brasil, coordenado por Marta Porto, Diretora do projeto, indicada pelo Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL.</p> <p>Em termos de sua organização operacional, o projeto possui instituições coordenadoras em cada um dos Estados-membros, sendo elas distintas e específicas para cada vertente do projeto<sup>20</sup> – com exceção do Uruguai que possui uma única agência nacional coordenadora.</p>
<p><b>RESULTADOS GERADOS PELO PROJETO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Estudos e diagnósticos do ecossistema de comércio eletrônico no MERCOSUL;</li> <li>○ Modelo para um Plano Diretor de Certificação Digital para o MERCOSUL;</li> <li>○ Desenvolvimento de um Manual de Boas Práticas de Comércio Eletrônico para PMEs;</li> <li>○ Implantação da Autoridade Certificadora Raiz no Paraguai;</li> <li>○ Implantação da Infraestrutura para a Autoridade Certificadora de Primeiro Nível no Uruguai;</li> <li>○ Implantação da infraestrutura de Carimbo de Tempo para Argentina e Uruguai;</li> <li>○ Implementação da Escola Virtual do MERCOSUL;</li> <li>○ Infraestrutura de apoio à conexão de instituições paraguaias de ensino e pesquisa para integração da rede ARANDU a outras redes avançadas;</li> </ul> <p>De acordo com o relatório de atividades correspondente à etapa de implementação do projeto, o MERCOSUL Digital apresentou resultados tangíveis que podem ser exemplificados pelo Manual de boas práticas para as pequenas e microempresas<sup>21</sup>, pelo Plano Diretor de Certificação Digital<sup>22</sup>, por diagnósticos e</p>

<sup>20</sup> Para a Vertente Escola Digital, os coordenadores nacionais são Red de Indicadores de Ciencia y Tecnología (Argentina), Universidade de Brasília (Brasil), Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (Paraguai) e Agencia para el Desarrollo del Gobierno de Gestión Electrónica y de la Sociedad de Información del Conocimiento (Uruguai). Para a vertente Comércio Eletrônico as instituições coordenadoras são Secretaría de Gabinete y Gestión Pública (Argentina), Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Brasil), Ventanilla Única de Exportación (Paraguai) e Agencia para el Desarrollo del Gobierno de Gestión Electrónica y de la Sociedad de Información del Conocimiento (Uruguai) (MERCOSUL DIGITAL, 2012).

<sup>21</sup> Consiste em um guia prático que visa fornecer orientações estratégicas às pequenas e médias empresas (indústria, varejo e serviços) a fim de obter êxito na aplicação de negócios na Internet (ALMEIDA, 2011).

<sup>22</sup> Consiste na “formulação de diretrizes – para orientar as ações dos Estados-membros – de curto prazo de utilização da certificação digital; na implantação da infraestrutura para a utilização segura da Internet; na integração das informações; na integração dos sistemas de informação; e na criação de procedimentos padronizados” (ALMEIDA, 2011, p.2).

	relatórios sobre legislação, pelo Regulamento de Infraestrutura de Chaves Públicas na Argentina, Paraguai e Uruguai <sup>23</sup> , pelo Modelo Geral de Rede de Capacitação Digital <sup>24</sup> , e pela Plataforma Tecnológica e Apoio ao Paraguai (Rede ARANDU) <sup>25</sup> .
<b>PARCERIAS GERADAS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ O projeto nasceu de uma parceria da RECyT com o Subgrupo de Trabalho MERCOSUL nº 13 – Comércio Eletrônico (SGT-13);</li> <li>○ A parceria com a União Europeia vai além do financiamento, configurando-a como co-executora do projeto;</li> <li>○ A Escola Virtual do MERCOSUL está sendo implementada por um consórcio formado mediante licitação internacional que congrega duas instituições europeias - <i>Fundación Centro de Educación a Distancia para el Desarrollo Económico y Tecnológico</i> da Espanha e <i>Deutsche Gesellschaft für internationale Zusammenarbeit</i> da Alemanha; e três sulamericanas – <i>Instituto Latinoamericano de Comercio Electrónico</i> da Argentina; Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife do Brasil e <i>Fundación Universitaria Iberoamericana</i> da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.</li> </ul>

Tabela 08 – Plataforma BIOTECSUL

<b>Plataforma BIOTECSUL</b>	
<b>ANO DE CRIAÇÃO E HISTÓRICO</b>	BIOTECSUR surgiu a partir de uma cooperação entre a União Européia e o MERCOSUL. Em novembro de 2005 foi assinado o acordo ALA/2005/017-350 para promover a consolidação de uma plataforma de biotecnologias regionais entre os países do MERCOSUL. Em dez/2011 foi encerrado o projeto e realizada uma auditoria da execução. Em outubro/2012, a proposta de continuação do projeto (BIOTECSUR II) foi submetida visando a continuidade do financiamento da UE e está em tramitação para aprovação de novos recursos.
<b>OBJETIVO(S)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Alavancar, de forma sustentável, os recursos naturais como a biodiversidade do MERCOSUL, a abundância das reservas de água e terras aráveis, bem como a amplitude climática.</li> <li>○ Consolidar e utilizar efetivamente as capacidades científicas e biotecnológicas do MERCOSUL.</li> <li>○ Promover a inovação, o reforço das capacidades dos setores</li> </ul>

<sup>23</sup> Consiste na análise e sugestão de ajustes nos marcos regulatórios referentes à economia digital dos países do MERCOSUL, comparando-os com os de países vizinhos, como a Venezuela e Chile, e com a legislação da Comunidade Europeia (ALMEIDA, 2011).

<sup>24</sup> Consiste em proposta de modelo para criação de uma rede de instituições que cumpra o papel de oferecer capacitação sobre temas estratégicos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação nos países-membro (ALMEIDA, 2011).

<sup>25</sup> São termos de referência que trazem especificações técnicas e requisitos para o fornecimento de equipamentos de informática, de redes e de comunicação para a implementação da Rede Avançada para Educação, Pesquisa e Inovação no Paraguai (ALMEIDA, 2011)

	<p>empresariais e científico-tecnológicos consolidando as ligações entre eles.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover um ambiente regulamentar favorável para a elaboração de políticas públicas e de legitimidade social para estimular o investimento para o desenvolvimento e aplicação das biotecnologias.</li> <li>○ Alavancar os recursos financeiros do MERCOSUL, incentivando o co-financiamento e a cooperação internacional para o desenvolvimento crescente da biotecnologia regional. (RECyT, 2012).</li> </ul>
<p><b>DESCRIÇÃO</b></p>	<p>A BIOTECSUR é uma plataforma tecnológica regional de biotecnologias com a função de vincular os setores dos países membros do MERCOSUL (Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai) para gerar bens, serviços e processos biotecnológicos competitivos (RECyT, 2012).</p> <p>A estratégia central do Biotech I foi o estabelecimento de uma área de coordenação entre todos os atores relevantes no campo da biotecnologia nos países do MERCOSUL, que iria promover um maior nível de transferência de tecnologia da academia para o setor produtivo na região. Esta estratégia focada em o reforço das estruturas existentes na coordenação regional em Ciência e Tecnologia, sob a égide da RECyT, para a qual foi criada a Plataforma de biotecnologia para coordenar, planejar e implementar atividades relacionadas com o desenvolvimento e aplicação da biotecnologia agrícola.</p> <p>Do ponto de vista estratégico, a Plataforma BIOTECSUR tem alcançado importantes resultados a partir de financiamentos de projetos de execução plurinacional no âmbito de cadeias produtivas que tendem a ser sensíveis no que diz respeito ao avanço do processo integrador, como é o caso da: oleaginosa<sup>26</sup>, carne de frango<sup>27</sup>, carne bovina I<sup>28</sup>, carne bovina II<sup>29</sup> e cadeia de produção florestal<sup>30</sup>.</p> <p>Já o Biotech II visa consolidar a plataforma BIOTECSUR como uma ferramenta para promover o desenvolvimento da biotecnologia no MERCOSUL através da implementação de ações regionais coordenando esforços na promoção da cooperação público-privada na região e com a UE.</p>

<sup>26</sup> O projeto visa o reconhecimento de genes úteis para melhorar a soja contra o stress biótico (reação biológica adversa a agentes tais como bactérias, fungos, pragas, parasitas, entre outros) ou abióticos – alteração no metabolismo celular por fatores tais como luz e temperaturas extremas (RECyT, 2012).

<sup>27</sup> O projeto visa aprimorar a capacidade dos sistemas de vigilância de doenças em populações de aves silvestres e comerciais como ferramenta de aviso prévio indispensável para manter o estado de saúde atual (RECyT, 2012).

<sup>28</sup> Iniciativa propõe reforçar a interação entre grupos de pesquisa dos setores público e privado, as indústrias de biotecnologia regionais produtoras de vacinas e as empresas de pesquisa e de desenvolvimento em biotecnologia (RECyT, 2012).

<sup>29</sup> O projeto teve como objetivo a geração e avaliação de vacinas experimentais contra a tuberculose bovina e paratuberculosis (RECyT, 2012).

<sup>30</sup> O projeto estabeleceu uma rede regional científica-tecnológica que teve os objetivos de compartilhar o trabalho e as capacidades dos países-membros do MERSOCUL em matéria de produção de energia, de estratégias genômicas avançadas e de mapeamento genético, entre outros temas (RECyT, 2012)

<b>PROMOÇÃO/ FINANCIAMENTO</b>	Países do MERCOSUL e União Europeia
<b>VALORES INVESTIDOS</b>	Biotech I (realizado): MERCOSUL - € 1,3 MM; União Europeia - € 6 MM Biotech II (tramitando): MERCOSUL - € 1,6 MM; União Europeia - € 2 MM
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE A COORDENAÇÃO</b>	Direção Nacional de Relações Internacionais do Ministério de Inovação Nacional, Ciência e Tecnologia da Argentina, coordenada por Engenheira Aguida Menvielle, diretora do referido órgão.
<b>RESULTADOS GERADOS PELO PROJETO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criada a Plataforma BIOTECSUR que liga os empresários, pesquisadores e governos e permite a definição e implementação de uma estratégia regional no campo da biotecnologia;</li> <li>• Criada a Comissão Plataforma BIOTECSUR dentro da órbita da RECyT;</li> <li>• Realizado um inventário de recursos de diagnóstico do setor de biotecnologia em cada país do bloco e está disponível na web;</li> <li>• Realizada uma descrição das normas, regulamentos e tratamento de patentes no campo da biotecnologia cada país do bloco e sua comparação com o regimento da UE sobre a mesma matéria;</li> <li>• Realizados 437 eventos de divulgação na imprensa do MERCOSUL;</li> <li>• Rede de Inovação e de Profissionais da Biotecnologia no MERCOSUL implementada (2600 participantes);</li> <li>• € 4.000.000 foram destinados em doações para quatro cadeias de Projetos Integrados: aves, silvicultura, pecuária, petróleo;</li> <li>• Projeto Oleaginosas (BiotechSurSoja): ultrapassou os objetivos iniciais propostos, desenvolvendo uma "plataforma de fenotipagem automática" com um pedido de patente. Os Ministérios de C, T &amp; I da Argentina e do Brasil, aprovaram continuidade do financiamento para a segunda fase do projeto, no valor de US \$ 300.000 para os anos de 2011 e 2012.</li> <li>• Treinados empreendedores e empresários em gestão empresarial e de negócios em C, T &amp; I nos quatro países MERCOSUL;</li> </ul>
<b>PARCERIAS GERADAS</b>	Além da parceria que deu origem ao projeto, com a União Europeia, o projeto vem gerando cooperação entre o setor público e privado relacionado às biotecnologias, de todos os países envolvidos. Os projetos integrados de cada cadeia produtiva (aviária, bovina I e II, florestal e oleaginosas) contam com um grande número de instituições associadas que podem ser visualizadas no website do projeto: <a href="http://www.biotechsur.org/proyectos-regionales">http://www.biotechsur.org/proyectos-regionales</a> .

Tabela 09 – Rede de Pesquisa em Biomedicina

<b>Rede de Pesquisa em BIOMEDICINA</b>	
<b>ANO DE CRIAÇÃO E HISTÓRICO</b>	Aprovado em 2011, foi recentemente iniciado. Somente o Uruguai e Paraguai

	receberam os montantes aprovados pelo financiador e estão dando andamento às atividades previstas.
<b>OBJETIVO(S)</b>	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações que padecem de enfermidades crônicas e infecciosas por meio da construir uma rede de investigação, educação e difusão de tecnologias em biomedicina cooperativa entre institutos dos países-membros do MERCOSUL.
<b>DESCRIÇÃO</b>	<p>O projeto de Investigação, Educação e Biotecnologia Aplicadas à Saúde é financiada pelo Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL (FOCEM) e tem duração prevista para três anos.</p> <p>O escopo do projeto aborda o estudo de aspectos biológicos, epidemiológicos e sociológicos de doenças degenerativas cuja ocorrência é comum na região como é o caso dos males de Alzheimer e Parkinson; doenças metabólicas como a diabetes, a obesidade e disfunções cardiovasculares; patologias neurológicas, psiquiátricas, imunológicas, com ênfase nas parasitárias, genéticas e oncológicas (RECyT, 2012).</p> <p>Um segundo segmento de atuação da rede será o de formação e qualificação de recursos humanos mediante a oferta de um programa de doutorado em medicina molecular, estágios e cursos de pós-graduação de curta duração. O projeto ainda prevê a aquisição de equipamentos de ponta e uma área de interação para a incubação de projetos da inovação e desenvolvimento (RECyT, 2012).</p> <p>Além disso, a difusão do conhecimento gerado por meio de publicações e cooperação científica, assim como a valorização deste conhecimento através da incubação de projetos tecnológicos visa fomentar o impacto socioeconômico das pesquisas ativamente.</p> <p>Países do MERCOSUL via FOCEM e contrapartidas. A iniciativa terá um financiamento total de 10 milhões dos quais sete milhões serão financiados pelo FOCEM, 640 mil serão financiados pela Argentina e outros 600 mil serão investidos pela Fiocruz (VASCONCELLOS, 2012). O projeto ainda envolve o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da Argentina através do Instituto de Biomedicina de Buenos Aires que operam no Centro Científico Tecnológico, Fundação Oswaldo Cruz do Brasil, o Laboratório Ministério da Saúde Central de Saúde Pública e instituições parceiras, do Paraguai, e o Instituto Pasteur do Uruguai (RECyT, 2012).</p>
<b>PROMOÇÃO/ FINANCIAMENTO</b>	
<b>VALORES INVESTIDOS</b>	<p>€ 7,06 MM comprometidos pelo FOCEM</p> <p>€ 2,99 MM comprometidos por parte dos Estados-parte</p>
<b>RESPONSABILIDADE SOBRE A COORDENAÇÃO RESULTADOS GERADOS PELO PROJETO</b>	<p>Dr. Atilio Deana, Gerente do projeto Biomedicinas, Chefe de Transferência de Tecnologia do Instituto Pasteur, Uruguai</p> <p>Com o início do projeto em 2011, ainda não é possível aferir resultados concretos, haja vista, inclusive, que somente 02 das 04 instituições executoras do projeto</p>

	receberam os aportes via FOCEM. O Instituto Pasteur do Uruguai já realizou avanços na construção da sede do Instituto que não somente congrega diversos laboratórios, mas também oferecerá serviços tecnológicos para o setor produtivo que os necessite, assim como espaço e serviços de incubação para empresas de base tecnológica.
<b>PARCERIAS GERADAS</b>	Além do ineditismo na parceria financeira de um projeto da RECyT com o FOCEM, o projeto estará gerando parcerias colaborativas entre as unidades executoras e, indiretamente entre seus parceiros.

O *website* da RECyT ([www.recyt.mincyt.gov.ar](http://www.recyt.mincyt.gov.ar)) disponibiliza informações sobre seus projetos e alguns dos projetos disponibilizam maiores detalhes de suas atividades em *websites* específicos:

- MERCOSUL Digital - <http://www.mercosuldigital.org/>
- Plataforma BIOTECSUR - <http://www.bioteccsur.org/>
- Prêmio MERCOSUL - <http://eventos.unesco.org.br/premiomercosul/>

Além destes projetos em pleno andamento, alguns projetos, já aprovados como projetos MERCOSUL, se encontram em processo de alinhamento e incorporação pela RECyT. Dois se destacam:

#### **Centro Estrutural de Biologia Estrutural do MERCOSUL (CEBEM)**

O projeto tem como objetivo geral integrar e modernizar a indústria farmacêutica da região, buscando dinamizar o processo de descoberta de fármacos. Para tal objetiva integrar a infraestrutura do sincrotrón atual (LNLS - Campinas) e o futuro (Sirius); gerar massa crítica de Recursos Humanos altamente qualificados pela transferência de conhecimento; criar novos centros de desenvolvimento; instalar de novas capacidades não disponíveis na região e a transferência ao setor produtivo, todos relacionados à Biologia Estrutural como matéria estratégica em C, T & I para os países. Atualmente, a equipe coordenadora do Centro vem elaborando um projeto para a submissão ao FOCEM, buscando os recursos para sua execução.

#### **South American Institute for Resilience and Sustainability Studies – SARA(S)**

O projeto vem, desde 2007, informando sua evolução e solicitando o aval por parte de la RECyT. Recentemente reconhecido como projeto MERCOSUL, o Instituto busca desenvolver a compreensão científica dos mecanismos envolvidos nos sistemas ecológicos e condição social da sustentabilidade a longo prazo o uso de recursos naturais. É uma iniciativa conjunta da Wageningen University, UDELAR, Resilience Alliance, Quartermaster Maldonado Municipal e do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai.

#### 4. Equipe atual RECyT e funções

Em outubro de 2012 os seguintes membros compõem a estrutura de recursos humanos que discutem e dão andamento às atividades no âmbito da RECyT:

Tabela 10 – Coordenadores e coordenadores alternos: coordenações nacionais e coordenações das comissões temáticas

Estado-parte	Coordenador	Coordenador alternativo
<b>Coordenação Nacional</b>		
<b>Argentina</b>	Águeda Menvielle	não determinado
<b>Brasil</b>	Ronaldo Mota	Eliana Emediato de Azambuja
<b>Paraguai</b>	Luis Alberto Dávalos	não determinado
<b>Uruguai</b>	Gerardo Agresta	Graciela Morelli
<b>Comissão de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico</b>		
<b>Argentina</b>	Alberto L. Capparelli	Florencia Paoloni
<b>Brasil</b>	Eliana Emediato de Azambuja	Rubens de Oliveira Martins
<b>Paraguai</b>	José Schvartzman	não determinado
<b>Uruguai</b>	Graciela Morelli	Evangelina Lluberás
<b>Comissão Sociedade da Informação</b>		
<b>Argentina</b>	Sergio Yovine	Claudia Pons
<b>Brasil</b>	José Henrique de Lima Correa	Rubens de Oliveira Martins
<b>Paraguai</b>	Cynthia Delgado	não determinado
<b>Uruguai</b>	a definir	<b>Evangelina Lluberás</b>
<b>Comissão Plataforma Biotecsul</b>		
<b>Argentina</b>	Eduardo Trigo	Esteban Corley/ Alejandro Mentaberry
<b>Brasil</b>	Luiz Henrique Mourão do Canto	Vania Gomes da Silva
<b>Paraguai</b>	Ricardo Pedretti	não determinado
<b>Uruguai</b>	Fabián Capdevielle	Graciela Morelli

Tabela 11 – Coordenações de projetos RECyT

<b>Coordenadores de projetos RECyT</b>	
<b>Plataforma Biotecsul</b>	Eduardo Trigo
<b>MERCOSUL Digital</b>	Marta Pessoa
<b>CINECIEN</b>	a cargo do Uruguai em 2012
<b>Prêmio MERCOSUL</b>	a cargo do Brasil em 2012
<b>Biomedicinas</b>	Atilio Deana

Tabela 12 – Pontos focais até Outubro/ 2012

<b>Pontos focais por Comissão RECyT</b>	
<b>Sociedade da Informação</b>	Cynthia Delgado
<b>Apoio ao Desenv Cient Tecnol</b>	Evangelina Lluberás
<b>Plataforma Biotecsul</b>	Eduardo Trigo

## 5. Considerações finais

A percepção de que a atividade inovativa (e seus predecessores – pesquisa e desenvolvimento) é condição primária para a obtenção e manutenção da competitividade de países, empresas e organizações é atributo cada vez mais consensual entre estudiosos, gestores, pesquisadores e tomadores de decisão (VALLE et al, 2002; INSEAD & WIPO, 2012). Tais condicionantes têm fomentado a emergência de indagações e debates acerca de modelos e instrumentos de estímulo à inovação, exigindo uma reavaliação das políticas de ciência e tecnologia, a fim de dotá-las de maior eficiência, competitividade, funcionalidade e efetividade.

A cooperação intersetorial, nacional e internacional, na gestão pública tem ocupado papel especialmente importante no campo da Ciência, Tecnologia & Inovação (C, T & I), onde a participação colaborativa entre universidades, institutos públicos e privados de pesquisa e desenvolvimento e empresas tem trazido melhores resultados para os preceitos dos governos no assunto (OLIVEIRA e TELLES, 2011; MACULAN, 2010).

Os relatos e compilações produzidos neste documento sobre a RECyT e seus principais aspectos e caracterizações, mesmo que não exaustivos, já permitem constatar como a Ciência e Tecnologia é área de singular importância no processo de integração regional do MERCOSUL. Como visto, iniciativas colaborativas no âmbito da Ciência e Tecnologia são anteriores à institucionalização do MERCOSUL, com experiências cooperativas bilaterais, e representam mecanismos decisivos para o incremento do diálogo entre os países da região. Além disso, representam a aceleração do desenvolvimento em C, T & I dos países que, por meio da diminuição de assimetrias entre si, vem permitindo perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento socioeconômico da região, de interesse de todos.

Durante a fase de consolidação do MERCOSUL com a emergência de uma agenda econômica e comercial robusta, as questões de Ciência e Tecnologia foram postas em segundo plano e colocaram em debate a definição do alcance do processo de integração. Atualmente, estas discussões lideradas pela RECyT ganharam nova roupagem com orientação direcionada para o viés do incremento econômico e social via C, T & I mais do que para o aspecto da segurança regional que dirigia as ações desta natureza em seus primórdios.

Nesse sentido, a RECyT cumpre o papel de integrar unidades locais de pesquisa e elaborar as diretrizes de uma futura política regional comum em matéria de Ciência e Tecnologia. Para isso, opera cinco projetos consolidados e diversas atividades e proposições complementares.

A RECyT parece ter alcançado um patamar de consolidação institucional e operacional que tem permitido que seus atores congreguem e proponham mais ações e cada vez mais robustas. O passo avançado do ponto de vista do financiamento das atividades com a primeira aprovação de um projeto RECyT junto ao FOCEM abre precedentes para um fluxo contínuo de submissões neste formato. Porém, mais importante que isso, inaugura as discussões e reflexões sobre a necessidade de se pensar fundos permanentes e destinados por processos específicos para a C, T & I, quando objetiva-se desenvolver de forma significativa a cooperação neste campo entre os países e seus associados. A princípio, é possível dizer que os avanços neste contexto é que poderão permitir a continuidade dos progressos das ações da RECyT e o fortalecimento de sua efetividade no que tange aos preceitos para os quais foi instituída.

## 6. Referências Bibliográficas

ALMEDA, Luiz Cláudio de Pinho. Projeto MERCOSUL Digital. Trabalhos Técnicos, Confederação Nacional do Comércio, 2011. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/de5mar2011.pdf>> Acessado em: 01 out. 2012.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Política Pública. nº 21, 2000. P. 216-230

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. Power and Interdependence: World Politics in transition . Boston: Little Brown and Company, 1977.

MARIN, P. L. MERCOSUL e a disseminação internacional de políticas públicas. Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 16, n. 58 • São Paulo: 2011

MERCOSUL Tratado de Assunção. MERCOSUL, 1991. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>> Acessado em: 01 out. 2012.

MERCOSUL/CMC/DEC N° 09/91. Cria as reuniões especializadas. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2601/1/secretaria/decisiones\\_1991](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2601/1/secretaria/decisiones_1991)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/ GMC/ RES N° 24/92. Reunião Especializada de Ciência e Tecnologia. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3101/1/secretaria/resoluciones\\_1992](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3101/1/secretaria/resoluciones_1992)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC N° 14/96. Participação de países terceiros associados do mercosul em reuniões. Disponível em: <  
[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2641/1/secretaria/decisiones\\_1996](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2641/1/secretaria/decisiones_1996)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC N° 12/97. Participação do Chile em reuniões. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2921/1/secretaria/decisiones\\_1997](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/2921/1/secretaria/decisiones_1997)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC N° 59/00. Reestruturação de órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum e do Comissão de Comércio MERCOSUL. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3189/1/secretaria/decisiones\\_2000](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3189/1/secretaria/decisiones_2000)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC N° 05/2005. Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1066/1/secretaria/decisiones\\_2005](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1066/1/secretaria/decisiones_2005)> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC. N° 12/12. Estrutura do Grupo Mercado Comum e tipologia dos órgãos dependentes. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/4392/1/secretaria/2012>> Acessado em 11 out 2012

MERCOSUL, CMC/P.DEC. Nº 01/2012, 2012. Criação da ACITIP. Disponível em:<  
[http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Recyt/XLVIIReunion/ANEXO\\_VII\\_Decision\\_creacion\\_ACITIP.pdf](http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Recyt/XLVIIReunion/ANEXO_VII_Decision_creacion_ACITIP.pdf)  
> Acesso em 04 out 2012

MERCOSUL/GMC/RES Nº 11/2000. Nova estrutura da Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia do MERCOSUL (RECYT). MERCOSUL, 200. Disponível em: <  
[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas\\_web/Resoluciones/PT/Res\\_011\\_000\\_Nova%20Estrutura%20RECYT\\_At%201\\_00.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Resoluciones/PT/Res_011_000_Nova%20Estrutura%20RECYT_At%201_00.PDF)> Acessado em: 20 out. 2012.

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 33/2002. Critérios e procedimentos para a cooperação científica, tecnológica e inovação produtiva do mercosul com países extra-zona, associações regionais ou organismos internacionais. MERCOSUL, 2002. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas\\_web/Resoluciones/PT/Res\\_033\\_002\\_Cooper-Cient-Tecno\\_At%202\\_02.PDF](http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Resoluciones/PT/Res_033_002_Cooper-Cient-Tecno_At%202_02.PDF)> Acessado em: 10 out. 2012.

MERCOSUL/ GMC/ DEC. Nº 36/2010. Determinação sobre programas de trabalho anuais. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC\\_36-10\\_PT\\_ProgTrabalho.pdf](http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2810/1/DEC_36-10_PT_ProgTrabalho.pdf)> Acessado em 12 out 2012

MERCOSUL/CMC/DEC. Nº 05/2005. Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL. MERCOSUL, 2005. Disponível em:  
<[http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1066/1/secretaria/decisiones\\_2005](http://www.mercosur.int/innovaportal/v/1066/1/secretaria/decisiones_2005)> Acessado em: 02 out. 2012.

MERCOSUL, CMC/P/DEC. Nº 01/20012. Agência de Ciência, Inovação Tecnológica e Integração Produtiva do MERCOSUL. MERCOSUL, 2012. Disponível em:  
<[http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Recyt/XLVIIReunion/ANEXO\\_VII\\_Decision\\_creacion\\_ACITIP.pdf](http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Recyt/XLVIIReunion/ANEXO_VII_Decision_creacion_ACITIP.pdf)>Acesso em: 01 out. 2012.

PONTES, K. D. S.. MERCOSUL: A dimensão econômico-comercial. 2009. Disponível em:  
<http://pt.scribd.com/doc/30827809/MERCOSUL-PDF>. Acesso em 27/09/2012

RAMOS, Leonardo; MARQUES, Sylvia Ferreira; JESUS, Diego Santos Vieira. A União Europeia e os Estudos de Integração Regional . Belo Horizonte: Del Rey, 2009. p.168

RECYT. Anexo V – A Proposta de um Novo Programa de Trabalho e Funcionamento da RECYT.pdf. Documento interno disponibilizados pela Presidencia Pro Tempore Outubro/2012.

RECYT. Declaração de Buenos Aires. Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL e países associados, 2006. Disponível em:  
<http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Reuniones/DeclaracionBuenosAires.pdf> Acessado em: 02 out. 2012.

RECYT. Programa-Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL para o período 2008-2012. RECYT, 2008. Disponível em: <[http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/ProgramaMarco/programa\\_quadro\\_portugues.pdf](http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/ProgramaMarco/programa_quadro_portugues.pdf)> Acessado em: 02 out. 2012.

RECyT. Ata de Montevideu. Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL e países associados, 2011. Disponível em:  
<[http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Reuniones/RMACTIM\\_2011\\_ACTA01\\_ES.pdf](http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/Reuniones/RMACTIM_2011_ACTA01_ES.pdf)> Acessado em: 02 out. 2012.

SANTOS, Galuco M. dos. Ciência e Tecnologia no MERCOSUL. 1998. 121f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 1998.

SILVA, Michelle Moraes de Sá e. Cooperação Sul-Sul em Tempos de Crise Econômica Global. International Policy Centre for Inclusive Growth, n.76, 2009. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager76.pdf>> Acessado em: 01 out. 2012.

SILVA, Rafael Pinto da. Rumo ao Informacional: a atuação internacional das cidades em uma nova forma de Estado. 2011. 55f. Monografia (Graduação) – Centro Universitário de Belo Horizonte, Relações Internacionais. Belo Horizonte, 2011.

VASCONCELLOS, Clarissa. Países do MERCOSUL criam rede de investigação em biomedicina. Agência Fio Cruz, 2012. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/cs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4552&sid=9>> Acessado em: 01 out. 2012.

VELHO, Léa. Redes regionais de cooperação em C&T e o MERCOSUL. Parcerias Estratégicas, Brasília, v.6, n.10, p.58-74, 2001. Disponível em: <[http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias\\_estrategicas/artide/view/156](http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/artide/view/156)> Acessado em: 02 out. 2012.

WERTHEIN, Jorge. A Sociedade da Informação e seus desafios. Ciência da Informação, Brasília, v.29, n.2, p.71 - 77, mai/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>> Acessado em: 12 mai. 2011.

### **Sítios Consultados**

MERCOSUL, 2012  
<http://www.mercosur.int/>

RECyT, 2012  
<http://www.recyt.mincyt.gov.ar/>

MERCOSUL Digital, 2012  
<http://www.mercosuldigital.org/>

Plataforma BIOTECSUR, 2012  
<http://www.biotecsur.org/>

Prêmio MERCOSUL  
<http://eventos.unesco.org.br/premiomercosul/>